

ANO 7 - NÚMERO 95 - SET 2022

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15

A NOVA ORDEM TERRITORIAL DO CERRADO

p. 08

BIODIVERSIDADE

Os bichos de pena:
pássaros e passarinhos

p. 17

CULTURA

Rock in Manaus: armas e
rosas, Squid N' Charlotte

p. 32

UNIVERSO FEMININO

Para a Mãe Terra não secar

p. 45



Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para

#SOMOSTODOSCAIXA



a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura. A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.



**O Pessoal da Caixa abre os braços
pra junto com o povo brasileiro fazer este país**

Campanha da FENAE em defesa da Caixa pública e social
e da valorização do Pessoal da Caixa

“ O que tenho é uma verdade forte para dizer,
Que calado não posso ficar. ”

Guimarães Rosa

COLABORADORES/AS - SETEMBRO

Alceu Valença – Compositor. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Beatriz Haruka – Jornalista. Cicero Pedrosa Neto – Jornalista. Cleiton dos Santos Silva – Líder Sindical. Emir Sader – Sociólogo. Gilney Viana – Ambientalista. Iêda Leal – Professora. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. José Bessa Freire – Professor. Joseph Weiss – Economista. Kátia Brasil – Jornalista. Leonardo Boff – Escritor. Lúcia Resende – Professora. Kleyton Moraes – Sindicalista. Maria José Furtado – Sindicalista. Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. Maria Maia – Poeta. Mauricio Falavigna – Jornalista. Mauro Almeida – Antropólogo. Olavo Bilac – Poeta (*in memoriam*). Paulo Roberto Ferreira – Jornalista. Samuel Leão – Jornalista. Wilma dos Reis – Advogada. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista (*in memoriam*).

Zezé Weiss – Jornalista. Ailton Krenak – Escritor. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Ana Paula Sabino – Jornalista. Andréa Luisa Teixeira – Professora. Andrea Matos – Sindicalista. Ângela Mendes – Ambientalista. Antenor Pinheiro – Jornalista. Binho Marques – Professor. Cleiton Silva – Sindicalista. Eduardo Meirelles – Jornalista. Elson Martins – Jornalista. Emir Bocchino – Arte finalista e Diagramador. Emir Sader – Sociólogo. Gomercindo Rodrigues – Advogado. Graça Fleury – Socióloga. Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) – Poeta. Iêda Leal – Educadora. Iêda Vilas-Bôas – Escritora (*in memoriam*). Iolanda Rocha – Professora. Jacy Afonso – Sindicalista. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista. José Ribamar Bessa Freire – Escritor. Júlia Feitoza Dias – Historiadora. Kleyton Moraes – Sindicalista. Kretã Kaingang – Líder Indígena. Lucélia Santos – Atriz. Lúcia Resende – Revisora. Maria Maia – Cineasta. Rosilene Corrêa Lima – Jornalista. Samuel Pinheiro Guimarães Neto – Diplomata. Trajano Jardim – Jornalista.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. Joseph Weiss – Economista.



Todo mês de setembro, o Jaime, que aniversariava no dia 10, fazia questão de celebrar o Dia do Cerrado, que ocorre no dia 11, com uma antológica matéria de capa. Neste setembro, o segundo depois que o Jaime virou pó de estrela, nossa capa segue sendo sobre o Cerrado. E que capa!

Em longa matéria, o maior texto de capa da Xapuri em 95 edições, o professor Altair Sales Barbosa, nosso conselheiro desde sempre, faz uma análise fundamental e profunda sobre a nova ordem territorial do Cerrado. Além de analítica, a matéria é também propositiva:

"Para preservar o pouco que ainda existe de base ecológico-ambiental-territorial do Sistema Biogeográfico do Cerrado, deve-se tomar consciência da atual situação de extrema gravidade e posicionar-se contra o modelo político/econômico de desenvolvimento capitalista assumido pelo governo brasileiro, e lutar para erradicá-lo.

Deve-se também pugnar pela implantação do desenvolvimento sustentável, calcado nas vocações da terra e nas vocações culturais das comunidades, via implementação da agricultura familiar, da agricultura doméstica, da pequena e média empresa, do cooperativismo comunitário etc., em todo o País.

Há de se investir em uma reforma agrária efetiva, em que a terra seja distribuída sob a condição de "usufruto" produtivo, e não como propriedade privada, particular de indivíduo ou de grupo.

Uma reforma agrária assistida, técnica, financeira e socioculturalmente pelo poder público, envolvendo as três instâncias institucionais – Estado nacional, Estados federados e Municípios. Caso contrário, resta aceitar esse status quo e permanecer na legião dos indiferentes, dos dependentes e submissos existenciais."

Quase um plano de governo o texto do Altair!

Excepcionalmente, nesta edição publicamos dois artigos do professor Emir Sader, também nosso conselheiro, um sobre a história da nossa Independência e outro, antológico, sobre a participação da ditadura brasileira no golpe militar que derrubou o presidente democrata do Chile, Salvador Allende, no ano da resistência de 1973.

O resto, como de sempre, vocês vão descobrir lendo esta edição de setembro, nossa revista de número 95. Cada dia mais perto da edição 100!

Boa Leitura! Bom Proveito!



Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (in memoriam)

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição - Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Testei a receita do molho vegano e todo mundo aqui em casa amou!

Joana Quintino – Goiânia – GO

Estou lisonjeada com a matéria sobre mim, feita por minha amiga e companheira Zezé Weiss, publicada pela Revista Xapuri em sua edição 94. Eu sempre defendi que as histórias de luta precisam ser contadas e é uma honra ser a personagem principal desta vez. Muito obrigada e parabéns!

Bia de Lima – Goiânia – GO

Feliz com a rapidez com que a minha revista chegou.

Parabéns pelo trabalho da Revista Xapuri.

Maria Lúcia Ianes Barco – São José do Rio Preto – SP



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@sabino_anap

Marque suas melhores fotos do
Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri 95

SOCIOAMBIENTAL

SET 22

- 08 CAPA**
A Nova Ordem Territorial do Cerrado
- 17 BIODIVERSIDADE**
Os bichos de pena: pássaros e passarinhos
- 20 CONSCIÊNCIA NEGRA**
Bicentenário da (In)dependência, não há o que comemorar
- 22 AMAZÔNIA**
Violações aos direitos humanos de indígenas e posseiros na Amazônia
- 25 ECOLOGIA**
Brasil em chamas: fogo se espalha por todos os biomas, de norte a sul do País
- 28 MEIO AMBIENTE**
Velhas árvores

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

- 29 CONJUNTURA**
A independência que realmente tivemos
- 32 CULTURA**
Rock in Manaus: armas e rosas, Squid N’Charlotte
- 35 MITOS E LENDAS**
A lenda das Margaridas
- 37 GASTRONOMIA**
Tempurá de legumes
- 38 SAGRADO INDÍGENA**
O último Tanaru, o “Índio do Buraco”, é encontrado morto em Rondônia
- 42 HISTÓRIA SOCIAL**
“Ganhamos”: a participação estratégica do Brasil no golpe militar do Chile em 1973
- 45 UNIVERSO FEMININO**
Para a Mãe Terra não secar
- 46 POLÍTICA**
“Revivió Pinochet” ou nem tanto? – A derrota do Chile
- 48 SUSTENTABILIDADE**
A Terra em dores de parto: virá o grande salto salvador?

A NOVA ORDEM TERRITORIAL DO CERRADO

Altair Sales Barbosa



No transcurso das últimas seis décadas, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, e estas se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, principalmente nas décadas subseqüentes ao golpe de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental/territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Grande Guerra Mundial, que impôs aos países considerados “subdesenvolvidos” uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e, conseqüentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro – oficial e privado – internacional.

Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da NDIT colocaram em prática a denominada “Revolução Verde”, financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellogg e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas pós-guerra.

México, Índia, Filipinas, Ceilão, atual Sri-Lanka, entre outras nações, são exemplos de cobaias nacionais-territoriais utilizadas como área de teste das novas pesquisas agroquímicas e agro técnicas, em termos de:

- ✓ Uso de sementes selecionadas e geneticamente modificadas;
- ✓ Aplicação de poderosos produtos agroveterinários destinados ao combate das pragas nas lavouras e pastagens – pesticidas orgânicos e inorgânicos, inseticidas venenosos como o DDT, herbicidas, fungicidas, carrapaticidas etc. –, intencionalmente rotulados de “defensivos químicos”, sabiamente denomi-

nados pela sabedoria popular de agrotóxicos ou “ofensivos agrícolas” venenosos;

- ✓ Incorporação de novos adubos e fertilizantes, macro e micronutrientes, destinados à correção de solos portadores de carências minerais;
- ✓ Emprego de técnicas agrícolas mais eficientes de manejo dos solos e de utilização dos recursos hídricos;
- ✓ Uso intensivo de equipamentos, máquinas, ferramentas e implementos agrícolas;
- ✓ Plantio de espécies vegetais exóticas para a formação de pastagens;
- ✓ Agregação de melhoria na reprodução genética do plantel de gado *vacum*, via seleção de matrizes e inseminação artificial etc.

No conjunto, todo o planejamento teorizado pelos ideólogos da Revolução Verde passa a ser colocado em prática com a finalidade de incorporar o campo à lógica do capital financeiro internacional, agregando capitais, ciência e tecnologia à grande produção agrícola e agropastoril e direcionando-a ao mercado global, principal objetivo da NDIT.

Concomitantemente à Revolução Verde, no período de 1946-1950, o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra cumpria, à risca, o papel ideológico de apoio logístico à estratégia planejada ao escancarar as portas do País ao capital norte-americano, contribuindo dessa maneira para acentuar o grau de dependência política, econômico-financeira e científico-tecnológica do Estado brasileiro ao capitalismo internacional.

No governo Vargas (1950-1954), eleito pelo voto popular, acirram-se as contradições entre as forças nacionalistas, que lutavam por um Brasil para os brasileiros, e, o lado contrário, que se posicionava contra a política do governo central e as forças populares que o apoiavam; o governo JK (1955-1960) lança o Plano de Metas – cinquenta anos em cinco – subsidiado pelo capital externo de empréstimo, centrado no desenvolvimento da infraestrutura viária, energética e industrial do território

nacional, assim como da construção da nova capital geopolítica do Brasil.

Subordinado à política de empréstimos concedidos pelos detentores do capital financeiro internacional para executar o seu ambicioso plano de governo, JK serviu aos interesses das empresas montadoras multinacionais, interessadas em viabilizar, na prática, a produção e comercialização de veículos, autopeças e acessórios, máquinas e ferramentas. Seu governo implementou o projeto rodoviário e praticamente congelou o ferroviário.

No mandato seguinte (1960-1964), “em que foram eleitos, com expressiva votação popular, Jânio Quadros – que renunciou após seis meses de administração pública – e João Goulart, vice – conduzido à presidência após intensa campanha pela Legalidade –, as contradições entre forças civis e militares se agravaram, provocando em 1964 o golpe político-militar, com a ascensão e permanência dos militares, por mais de vinte anos, no poder político do Estado brasileiro, consolidando-se, definitivamente as condições objetivas favoráveis aos magnatas do capital financeiro internacional. Em troca de empréstimos obtidos, a sucessão de governantes brasileiros vêm liberando às empresas “concessões” quanto ao uso do território.

Em 30 de novembro de 1964, o governo do general Humberto Castelo Branco, seguindo a lógica da estratégia estabelecida pelos detentores do capital financeiro internacional, sancionou a Lei n. 4.504, que implantou o “Estatuto da Terra” como modelo de reforma agrária a ser implementada em todo o território nacional, considerada de fundamental importância como suporte infraestrutural de apoio à futura regionalização do País, via Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Juntamente com a ampliação crescente da malha rodoviária nacional, criaram-se as condições favoráveis à implantação da grande empresa multinacional no meio rural brasileiro. Inicialmente, instalaram-se em forma de empresas agrícolas; depois, de complexos agroindustriais. Os agentes nacionais contratados e direcionados à produção dos monocultivos para a exportação são, em sua grande maioria, produtores sulinos – gaú-



Foto: Acervo Alcir Sales Barbosa

chos, paranaenses, paulistas – e também mineiros e goianos.

Estimulados a plantarem soja, milho, algodão, arroz, feijão etc. para a grande empresa, buscam novas terras agricultáveis, detentoras de fortes perspectivas de lucros imediatos. Para produzirem, passam a contar com a carteira creditícia do Banco do Brasil (BB), de que obtêm financiamentos. Em suma, o próprio capital externo emprestado ao governo brasileiro, que deveria ser utilizado para desenvolver a agropecuária de base nacional, retorna ao seu primitivo dono, acrescido de juros, taxas e correção monetária, ao ser direcionado para financiar parte dos investimentos locados na cadeia produtiva da grande empresa multinacional, instalada nas regiões preferenciais do País, ou, no dizer de Milton Santos (2000), nos “lugares luminosos”.

Exemplo concreto é o “cinturão verde”, com destaque para a sojicultura (6,5 milhões de toneladas em 2003) que cobre no território goiano áreas de cerrado do sul-sudoeste, e também do leste, regiões onde operam as maiores empresas ligadas ao agronegócio.

Atualmente, essas regiões respondem por mais de 77% das exportações do estado. Nelas, o setor primário corresponde a aproximadamente 60% do PIB de Goiás. Quanto aos fatores

locacionais favoráveis à agricultura e a agropecuária intensiva, tem-se:

✓ Naturais: relevo com topografia plano-ondulada; condições climáticas favoráveis em termos de pluviosidade, temperatura, umidade; aeração dos solos facilitada pela natureza das rochas; recursos hídricos abundantes em termos de drenagem de superfície e subterrânea; vastidão de terras agricultáveis.

✓ Econômicos: dimensão do alqueire goiano – 48.800 m² –, correspondente ao dobro da dos estados do Sul do Brasil; preço das terras do Cerrado, ainda acessível atualmente; existência de mão de obra disponível e barata;

✓ Financeiro-comerciais: política de incentivo dos governos federal, estadual e municipais; existência de um “cinturão financeiro-comercial” formado por centros regionais metropolitanos como Goiânia, Anápolis e Brasília. Esse grande cinturão alimenta as empresas com capitais de empréstimos e viabilizam as transações comerciais de veículos e acessórios, de máquinas e ferramentas, de implementos e insumos de toda natureza, enfim, a gama de produtos indispensáveis

à operacionalização das empresas. Em Goiás, Rio Verde e Jataí – polos regionais intermediários no Sudoeste – e Itumbiara – no sudeste –, são também exemplos, além de cidades gestoras que cumprem as citadas funções. No entanto, todas, sem exceção, são centros de riqueza e pobreza, que concentram elevada população migrada e marginalizada nas periferias.

A partir da anexação do campo à economia de mercado, implementada de forma agressiva e acelerada, tem-se a destruição da unidade familiar campesina pela grande empresa monocultora, na medida em que essa última, ao se instalar no território regional preferido, necessita cada vez mais de terras para incrementar a produção e expandir os monocultivos e criatórios, intensivos e extensivos, destinados ao abastecimento do mercado nacional e externo.

Consequentemente, para os nacionais que persistem pelo trabalho em permanecer livres na própria terra, ocorre a contínua e progressiva redução dos espaços habitados e habitáveis.

No início, a família rural (una e autônoma, fraterna e solidária, profissionalmente uniforme), conjuntamente com a Igreja e a Escola,

constituíram-se nas três relevantes instituições de sustentação e desenvolvimento do mundo rural goiano. As relações de produção e de trabalho eram mais solidárias, e entre o Homem e a Natureza havia uma espécie de simbiose, de respeito mútuo, em que a terra oferecia a sua fertilidade potencial e o homem a respeitava em seus ciclos de produção e reprodução (Gomes; Teixeira Neto, 1995, p. 5-6).

Nos anos subsequentes, no meio rural/regional, foram-se avolumando as situações conflitivas entre as forças produtivas dominantes – empresas e grupos nacionais e estrangeiros – e as relações de produção dominadas – pequenos e médios proprietários e trabalhadores rurais. As contradições surgidas entre agentes da velha estrutura fundiária nacional e os da nova estrutura emergente – os que detêm a força do capital financeiro – tornaram-se cada vez mais antagônicas e desiguais, a ponto de romper, em questão de alguns anos, o lado mais fraco da cadeia produtiva.

Desestabiliza-se a tradicional estrutura agrária brasileira, carente de suporte de capitais, de assistência técnica e de política pública que garanta empréstimos e preços competitivos aos seus produtos. Agrava esse quadro uma situação de maior flexibilidade na cobrança de dívidas bancárias contraídas.

Também a venda e a partilha de heranças ocasionaram acelerada fragmentação da propriedade do produtor nacional, acompanhada de rápida desestabilização do seu “modo de vida”. Em contrapartida, a compra induzida e efetivada a favor de empresários e empresas conduziu à concentração da propriedade da terra nas mãos dos magnatas do capital.

Essas transações, com os seus respectivos desdobramentos econômicos e sociais, contribuíram para a perda da estabilidade do trabalhador rural brasileiro, juntamente com a sua família, nos moldes dos seus padrões de vivência campesina.

A progressiva desestabilização do seu *modus vivendi* econômico, social e cultural terminou por expulsá-lo do meio onde vivia na condição de pequeno ou médio proprietário ou de trabalhador agregado como meiro, posseiro, tarefeiro, diarista etc. Rapidamente, ocorreu a queda de sua vivência coletiva uno familiar, obrigando-o a ser um itinerante-peregrino, boia-fria, a perambular pelas estradas do Brasil à procura de terra e trabalho, terminando o seu percurso migratório como mão de obra explorada nas médias e grandes cidades brasileiras, lugares onde a vida é totalmente monetária, onde tudo se compra e tudo se paga.

Nelas, na maioria das vezes, passa a viver como marginalizado social, na condição de subempregado ou de

assalariado urbano ou de desempregado. Nessa última condição, faz parte do contingente de reserva de mão de obra barata a ser utilizada, no amanhã, quando se fizer necessário.

Muitos, para se manterem no plano existencial, procuram se incorporar à economia informal – atualmente, aproximando aos 50% dos ativos – como única opção de sobrevivência no meio citadino.

A família secular, una e homogênea, perde a sua base de sustentação e permanência na terra, e a mobilidade acelerada horizontal (êxodo forçado) torna-se rotina na vida de milhares (milhões no Brasil) de trabalhadores diaristas, volantes, boias-frias etc. O destino final dos itinerantes é a vivência na promiscuidade urbana. As novas relações de produção no campo passam a ser sub e assalariadas (Gomes, 1999, p. 320).

De 1980 a 1990, dá-se, definitivamente, a incorporação do campo à economia de mercado. Agora, o novo modelo de desenvolvimento econômico capitalista, neoliberal e flexível, no contexto da economia globalizada em contínua substituição ao modelo taylorista-fordista, capitaliza a favor dos grandes complexos agrícolas e agroindustriais que operam os denominados agronegócios.



Foto: Acervo Alcir Sales Barbosa

São empresas de grande porte que passam a operar em todos os ramos da cadeia produtiva e utilizam-se de todas as redes disponíveis viabilizadas pelos avanços do “meio técnico/científico informacional” (Santos, 1994). São cadeias fundamentais e necessárias à viabilização de todas as fases do processo de capitalização ampliada do capital, compreendendo produção, industrialização e comercialização.

Essa integração produtiva totalizante que parte do lócus regional atinge, pela variável mercado, praticamente todos os lugares da Terra, por meio de imagens de satélite e da linguagem virtual dos computadores, pela qual a informação manipulada e transmitida viabiliza, em fração de segundo, as relações de produção e trabalho e as transações comerciais. Na análise precisa do consagrado geógrafo Ruy Moreira (1997, p. 3),

consolida o espaço em rede, e extinguem-se, assim, os espaços do mundo organizado em regiões singulares e de compartimentos fechados, aumentam ainda mais a intensidade e globalidade das interligações, a mobilidade territorial mais se agiliza, a distância entre os lugares e suas coisas mais se encurta, a espessura do tecido espacial mais se adensa, e o espaço do planeta se comprime.

No presente, no marco do território regionalizado, o empreendimento empresarial agrícola ou agroindustrial é plenamente favorecido por todo um conjunto de condições concretas, objetivas e subjetivas, que visam alcançar interesses pragmáticos ditados pelo lema “produzir a baixo custo e vender onde a demanda é melhor em termos de lucratividade”. Entre os fatores favoráveis ao sucesso da empresa, relacionam-se:

✓ A política oficial do governo brasileiro de subordinação ao capital financeiro internacional, oficial e privado, motivada pela dependência dos estados hegemônicos e das empresas privadas – detentores de capitais, ciência e tecnologia. Em troca de capitais de empréstimo o governo brasileiro permite, via “concessões”, que as empresas multinacionais se insta-

lem em determinadas “superfícies favoráveis” do território nacional e passem a utilizá-las, a seu bel-prazer, sem nenhum respeito pelas “vocações” da terra, isto é, pelas condições naturais do meio ambiente e as comunidades nelas inseridas – vocações culturais;

✓ A política oficial estadual de amparo e incentivo às iniciativas empresariais no gênero de produção de bens primários;

✓ A fusão do capital industrial ao bancário, gerando o capital financeiro, principal responsável pela manutenção e pelo fortalecimento dos estabelecimentos agrícolas e agroindustriais, via financiamento de capitais direcionados à compra de máquinas agroindustriais, veículos, ferramentas, implementos agrícolas e à contratação de serviços etc., assim como subsídio aos produtores nacionais na condição de parceiros/agentes, responsáveis diretos pela produção de grãos e carnes;

✓ A comercialização, por empresas estrangeiras e subsidiárias nacionais, de insumos, em geral importados, representados por múltiplas linhas de produtos químicos agropecuários indispensáveis à alimentação do sistema produtivo. Esses produtos, em sua maioria importados, são produzidos e comercializados por firmas estrangeiras e subsidiárias nacionais que operam, principalmente nos principais eixos industriais do País: São Paulo–Campinas, São Paulo–Rio de Janeiro e São Paulo–Belo Horizonte;

✓ Os investimentos direcionados à produção para exportação, praticamente de produtos alimentares – grãos e carnes –, couros, e minerais básicos destinados à metalurgia e siderurgia, a exemplo do Japão, da China, da Índia, da Rússia etc.;

✓ A construção de rede de armazéns e silos, de cunho oficial ou privado, em áreas estratégicas e produtivas do território, e de fácil acesso à rede viária, ao transporte e ao comércio.

O saldo negativo dessa política oficial de livre expansão da fronteira agrícola no Brasil são os sucessivos impactos ambientais, sociais e culturais de toda ordem que a natureza e a sociedade brasileira vêm sofrendo. Sob essa prática de tratamento aético da natureza tratada como objeto de uso e desuso, descartável, mencionam-se:

✓ A fragmentação da estrutura geológico-geomorfológica como embasamento físico do território;

✓ A degradação e a destruição da cobertura vegetal como protetora do solo e do subsolo;

✓ A redução da biodiversidade animal, vegetal e genética – em espécies, nichos e ecossistemas – como reprodutora da vida;

✓ O assoreamento e a diminuição da rede de drenagem de superfície e subterrânea, das cabeceiras dos cursos d’água, das veredas, berço das águas, com suas matas ciliares ripárias, seus buritizais e buritiranas e suas vegetações campestres;

✓ A destruição das vocações culturais centenárias das comunidades interioranas;

✓ A destruição de monumentos naturais e sítios arqueológicos milenares.

Enfim, grande parte do patrimônio natural, biótico e cultural são destruídos ante a voracidade e cobiça dos expropriadores da natureza.

Infelizmente, governantes e governados plasmados na ética e moral capitalista, por adesão ao modelo econômico esposado pelo capitalismo flexível, neoliberal, ou, por desconhecimento do território regional-nacional, em termos de sustentabilidade natural, biótica e cultural, batem palmas às supersafras “salvadoras” e aos êxitos alcançados no cenário nacional pelas lideranças produtivas dos agronegócios, como se a conquista econômica fosse a melhor solução para os problemas econômicos, sociais e culturais da nação brasileira.

Exemplo concreto é o fato de o Brasil ter assumido a vanguarda no ranking mundial da comercialização



Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

da soja, tendo a balança comercial alcançado, em 2003, a cifra de 8 bilhões de dólares em exportação, gerando superávit primário, o grande responsável pela redução do "risco Brasil". O discurso e as ações louvam e eternizam o modelo de desenvolvimento econômico capitalista neoliberal, justificado por gerar mais progresso, mais empregos, melhor padrão de vida social para o povo brasileiro.

No caso da soja, sua monocultura é justificada pelo fato de essa oleaginosa contribuir para a dieta alimentar das famílias brasileiras de baixa renda, por beneficiar outros cultivos, em razão de o seu cultivo aumentar a fertilidade natural do solo; por contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira além de muitos outros méritos e vantagens.

Será verdadeiro esse progresso tão alardeado por governantes e empresários capitalistas? Não haveria outro modelo de desenvolvimento econômico, em termos de produção/ rentabilidade/ sustentabilidade, capaz de gerar progresso social e ser, ao mesmo tempo, compatível com a preservação do meio ambiente?

Para responder a essa questão, é necessário, inicialmente, proceder a algumas análises atinentes à realidade espaço/temporal do território nacional/ regional, no que diz respeito às suas condições geoambientais e a correspondente utilização por empresas multinacionais.

A primeira grande questão posta à sociedade é uma indagação necessária: como fica o ambiente de vida para as gerações do presente e do futuro, se o território brasileiro – matriz primária da vida orgânica – está perdendo, aceleradamente, as suas potencialidades em termos de sustentabilidade natural?

Isso significa dizer que a base física do território brasileiro está sendo degradada e destruída, de forma acelerada, pela monocultura intensiva e tecnificada implementada pela grande empresa exportadora.

No fundamental, os principais agentes da destruição são grandes empresários que, direta ou indiretamente, detêm grande parcela do controle do poder econômico e financeiro do País, e que não têm identidade com a nação brasileira – povo, território e governo –, pois são movidos por interesses pragmáticos bem determinados em termos de reprodução ampliada do capital – acumulação e concentração.

Como é público e notório, o melhor da produção obtida em sua totalidade está direcionado ao mercado externo, com vista a atender aos países carentes de produtos alimentares e de outros bens primários, que, sabiamente, canalizam grande montante de seus capitais em educação, pesquisa e tecnologia de ponta, atividades geradoras de elevada capitalização.

Como se sabe, o cultivo agrícola intensivo, a exemplo do praticado no

sul-sudoeste de Goiás, é facilitado pela topografia plano-ondulada de suas chapadas e chapadões, e é totalmente calcado na mecanização, pivotização e contaminação química dos solos. Não se leva em conta:

- ✓ A natureza geológico-geomorfológica da matriz territorial, vista em termos de constituição, evolução e dinâmica do relevo, assim como os níveis de resistência mecânica e química das rochas ao intemperismo;
- ✓ Os malefícios causados pela retirada da cobertura vegetal nativa em todos os subsistemas do Cerrado;
- ✓ Os males produzidos pela pivotização intensiva, atinentes aos lençóis freáticos e à drenagem de superfície, sem a necessária correspondência da bacia hidrográfica com a bacia hidrogeológica;
- ✓ A destruição da rede de drenagem resultante de contínuos assoreamentos dos cursos e espelhos d'água de superfície e da contaminação dos aquíferos subterrâneos por toda gama de poluentes;
- ✓ A destruição das paisagens, inclusive dos cenários patrimoniais;
- ✓ O rápido desaparecimento de



Foto: Divulgação

muitas espécies de plantas e animais, em função da perda de seus *habitats* de vivência e de nichos ecológicos, locais onde as espécies realizam suas funções vitais de circulação, alimentação, reprodução e polinização.

Enfim, não se leva em conta as reais “vocações” da terra e do homem – econômicas, sociais e culturais – plasmadas pelas comunidades em seus *habitats* de vivência sociocomunitária. O que os donos do capital não revelaram – nem revelarão – à população são os impactos ambientais causados por suas empresas sobre o espaço geográfico. Indiferentes e insensíveis aos danos causados à natureza, adotam como logomarca ética e moral o cifrão, brasão de identidade empresarial.

A compreensão da realidade ambiental passa pelo conhecimento da gênese do Cerrado, lócus preferencial das empresas monocultoras/exportadoras. A grande maioria dos pesquisadores – botânicos, biólogos, ecologistas, fito e zoogeógrafos, geógrafos, geólogos, geomorfólogos, agrônomos, pedólogos, edafólogos, especialistas em análise polínica

etc. – se inclina para a afirmação de ser a vegetação do Cerrado, quanto à estrutura e à fisionomia, de “natureza clímax”, levando-se em conta principalmente as condições climáticas e edáficas.

Significa dizer ser o Cerrado uma vegetação “primária”, e não secundária, e que o seu ciclo evolutivo alcançou o seu limite de desenvolvimento e maturidade, entre 30 e 40 milhões de anos pretéritos. Caso ocorra a sua destruição, como já vem acontecendo de maneira irracional nessas três últimas décadas, não será mais possível a reposição das espécies em termos de regeneração natural.

Eugênio Warming (1908), por exemplo, no século passado, já confirmava a natureza clímax do Cerrado, enquanto Félix Rawitschcher, Mário Guimarães Ferri e M. Rachid (1943) confirmaram ser uma vegetação clímax alterada (subclímax). Leo Waibel (1948), em sua pesquisa situada em Goiás, considerou o gradiente de campo cerrado uma vegetação *sui generis*, bem distinta da mata e do campo.

Toda essa singularidade traduzida em gênese, evolução e estágio atual do Cerrado como bioma natural que possui fisionomia e fisiologia peculia-

res tem de ser levada em conta, a fim de que se possa protegê-lo para as gerações do presente e do futuro.

No presente, a nova matriz econômica de ocupação do território goiano pelos detentores do capital financeiro, calcada na monocultura intensiva e na pecuária de abate para a exportação, evoluiu a ponto de firmar linhas preferenciais na cadeia produtiva que desafiam a própria natureza a se perpetuar como natureza viva, pois procuram exaurir, ao máximo, os recursos naturais para manter a produtividade desejada.

Na Carta do Cerrado, lançada em 25 de agosto de 2004, no recinto da Assembleia Legislativa de Goiás, pontua-se:

Como fica o Cerrado diante de tantas agressões contra a sua natureza? Como fica o Cerrado que, em partes já deixa de existir para as gerações do presente, representadas por nossos filhos, netos e bisnetos? Que perspectiva de existência feliz elas terão no futuro? Que perspectiva de resgate temos da nossa “essência natural” (somos e devemos existir como uma única natureza), a fim de que possamos recompor a nossa unidade

perdida? Que condições objetivas e subjetivas de vivência terrena, material e espiritual, as novas gerações terão no amanhã, se o seu meio natural deixar de existir? (Gomes, 2004).

São interrogações pertinentes ao universo de preocupações maiores, que levam em conta a política do governo central – a principal responsável pelo mau uso que se faz do território nacional – de deixar acontecer e até mesmo fomentar o acontecimento, por injetar milhões de reais nos complexos agroindustriais, contribuindo de forma decisiva para reforçar a corrida frenética de expansão e ocupação do território pelos detentores do capital financeiro internacional e nacional. Agindo assim, na mesma sequência de seus antecessores, a partir do início da década de 1970, os governos vêm canalizando recursos para as áreas do Cerrado.

A política governamental se articula para transformar as “regiões contempladas”, a exemplo do sudoeste e sudeste de Goiás, num celeiro agrícola e agroindustrial. Haja vista os incentivos financeiros e fiscais, as linhas de crédito agrícola, a política de preços mínimos, os investimentos diretos em infraestrutura, os programas de desenvolvimento etc., canalizados para essas regiões.

Com essas medidas, o governo central, acompanhado por seus súditos estaduais, além de reforçar a hegemonia do capital monopolista em detrimento do médio e do pequeno produtor rural brasileiro, continua favorável à expansão especulativa da fronteira agrícola do Cerrado.

Insensível aos impactos causados ao meio ambiente, o governo central não enfrenta à altura o crucial problema ecológico/ambiental colocado à sociedade brasileira, traduzido em múltiplas agressões irreversíveis ao meio ambiente, morada de todos os seres vivos.

Os defensores dessa política governamental procuram justificar as ações do governo, alegando a necessidade de equilíbrio da balança comercial via exportação de bens primários – grãos, carnes e derivados –, para estar em dia com o ajuste fiscal do FMI e de outros credores.

Porém, há alguns dados a ressaltar: primeiro, os cidadãos da nação brasileira não são os responsáveis

pelo montante de sua dívida externa e interna; segundo, os países que se desenvolveram optaram pela via de implantação de indústrias de base, por maciços investimentos em escolarização, educação pública em todos os níveis e em investigação científica e tecnológica de ponta, por fazer efetiva reforma agrária e por priorizar investimentos na economia interna, a principal geradora da estabilidade econômico/financeira de um país; terceiro, é falsa a alegação de que as grandes empresas monocultoras e os complexos agroindustriais são importantes como geradores de bons empregos, de distribuição de rendas e de desenvolvimento social.

Na verdade, o que se verifica é a incorporação crescente da terceirização do trabalho na cadeia produtiva dos complexos agroindustriais e até mesmo a “quarterização” em marcha crescente no Brasil. No geral, esses setores da economia geram novas modalidades de exploração de trabalho, traduzidas na apropriação da mais-valia – absoluta e relativa – do trabalhador, criando um subassalariado que, na aparência, está travestido de assalariado.

Tal realidade pode ser vista de forma mais transparente nos principais centros regionais do sudoeste de Goiás, onde o número dos socialmente excluídos cresce rapidamente. A realidade é bem transparente, como salientou Arrais (2002, p. 168):

Basta observar que a modernidade produzida no sudoeste não foi capaz, até o momento, de minimizar o flagelo de parte significativa da população que vive nas favelas ou nas periferias de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena, entre tantos outros municípios. A questão é que se o sudoeste produziu a modernidade – modernização conservadora –, também não devemos esquecer, produziu o seu oposto, ou seja, a miséria e a proletarianização de parte significativa da população que os indicadores sociais podem camuflar.

Uma segunda faceta da matriz geográfica, tão preocupante como a espacial/rural, é a espacial/urbana que, atualmente, assume índices alarmantes em termos de vivência sociocomunitária. Os 246 municípios goianos distribuem-se por 5 mesorregiões – norte, noroeste, leste, centro e

sul goianos – e ocupam áreas de grandes adensamentos populacionais, como é o caso da Região Metropolitana de Goiânia e do Entorno de Brasília, que juntas totalizam mais de 50% da população do estado, e áreas rarefeitas, de ocupação mínima.

O meio rural constitui um grande vazio demográfico resultante do êxodo imposto pela entrada maciça do grande capital no campo, com cerca de 12% da população – 606.583 habitantes.

O universo urbano concentra 87,88%, com 4.396.645 habitantes. Há de se ter em conta a virada da população rural para urbana a partir da década de 1970, momento em que se dá a incorporação do campo à economia de mercado, com o advento do império do capital financeiro das grandes empresas monocultoras, recebendo efetivo apoio logístico das políticas públicas.

Rompeu-se assim, em algumas décadas, o predomínio da população rural, que em 1940 totalizava 83% do efetivo populacional; em 1950, menos de 80%; em 1960, menos de 70%, em 1970, cerca de 58%. Vê-se, explicitamente, que a grande mudança ocorreu notadamente a partir da década de 1970, com a inserção de Goiás na economia globalizada.

Uma vez rompida a secular unidade unifamiliar da estrutura fundiária brasileira, associada ao abandono a que políticas governamentais relegam regiões do estado consideradas atrasadas, como é o caso do nordeste goiano, o despovoamento do campo tornou-se patente.

Por serem prestadoras de serviços públicos e privados de diferentes naturezas, inclusive de funções especializadas por serem centros operacionais de política financeira e creditícia, centros industriais e comerciais de bens de consumo, de fornecimento de mercadorias à demanda solicitada por empresas agrícolas e agroindustriais que, entre outras características, concentram homens e funções dentro do espaço citadino, as urbes vêm criando inúmeros bolsões de miséria e gerando profundas desigualdades sociais entre os urbanitas, concentrando riqueza para poucos e expandindo pobreza para muitos, traduzida em inclusão e exclusão social.

Na atualidade, a nova matriz econômica coloca o estado de

Goiás com 25.100.684 ha (73,81%) ocupados pela agricultura intensiva e 4.142.224 ha (12,18%) pela agricultura irrigada. Soja, milho, sorgo, cana, feijão, arroz, algodão e tomate são os produtos mais cultivados. Na pecuária, destaca-se o criatório de bovinos, que corresponde a quase 20 milhões de cabeças – mais de 10% do rebanho nacional; suínos e equinos, no conjunto, totalizam mais de 11% do rebanho nacional. Destacada é a produção de galináceos, que equivale a quase 7% da produção nacional.

Entretanto, toda essa criação traduzida em carne, couro, leite e derivados, que em grande parte abastece as cadeias produtivas dos complexos agroindustriais, capitaliza muito mais a favor dos detentores do capital multinacional do que distribui riqueza social à população do campo. É a lógica da economia de mercado calcada nos agronegócios.

Finalmente, nas condições em que o Sistema Biogeográfico do Cerrado – principal matriz territorial/ambiental do Brasil-Central –, se encontra no momento submetido à vontade humana regida pela cobiça do lucro imediato, sua total extinção já é prevista para ocorrer em menos de 50 anos. Há quem a estime em torno de 25 a 30 anos.

O Cerrado goiano está hoje reduzido a menos de 20% de sua cobertura original. Além da diminuição de água pela evaporação, com a retirada da vegetação, seus solos ficam expostos a toda sorte de intempéries, acrescidas das ações predatórias do homem “civilizado”.

Desse intenso processo de meteorização química e mecânica das rochas, decorrem diferentes formas de erosão que produzem solos lixiviados, assoreamentos de cursos d’água, diminuição do potencial hídrico de superfície e subterrâneo, desertificação em marcha crescente, entre outras modalidades de impactos ambientais que colocam em risco a relação de interdependência homem-natureza e a própria sobrevivência das espécies, inclusive a humana.

A título de exemplificação, utilizando-se os tópicos vegetação, solo, subsolo e águas, inseridos no Mapa da Cobertura Vegetal do Estado de Goiás (Miranda; Guimarães, 2002) e relacionando-os com a Matriz “Presença Impacto Ambiental”, tem-se que:

✓ O desmatamento, as emissões de poluentes industriais, os transportes e a energia causam altos impactos ambientais, principalmente quanto à poluição atmosférica e à emissão de gases de efeito estufa, que pioram as condições climáticas que permitem a vida;

✓ Os solos, submetidos ao uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, às irrigações e aos cultivos rudimentares, ao sobrepastoreio, ao tratamento insuficiente dos efluentes químicos e orgânicos, sofrem altos impactos causados por diversas forças erosivas, pela contaminação e salinização; nos subsolos, a contaminação e a degradação atingem, também, o nível alto na escala de elementos impactantes, em decorrência dos mesmos elementos, somados à deposição inadequada de resíduos da extração mineral;

✓ As águas, submetidas ao derrame de efluentes químicos insuficientemente tratados, sofrem altos níveis de assoreamento, de redução dos aquíferos, e de contaminação e poluição, tanto na superfície de abrangência do Cerrado quanto no estado de Goiás. A perda de quantidade e qualidade da água potável é uma gritante realidade.

Por fim, para preservar o pouco que ainda existe de base ecológico-ambiental-territorial do Sistema Biogeográfico do Cerrado, deve-se tomar consciência da atual situação de extrema gravidade e posicionar-se contra o modelo político/econômico de desenvolvimento capitalista assumido pelo governo brasileiro, e lutar para erradicá-lo.

Deve-se também pugnar pela implantação do desenvolvimento sustentável, calcado nas vocações da terra e nas vocações culturais das comunidades, via implementação da agricultura familiar, da agricultura doméstica, da pequena e média empresa, do cooperativismo comunitário etc., em todo o País.

Há de se investir em uma reforma agrária efetiva, em que a terra seja distribuída sob a condição de “usufruto” produtivo, e não como



Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

propriedade privada, particular de indivíduo ou de grupo. Uma reforma agrária assistida técnica, financeira e socioculturalmente pelo poder público, envolvendo as três instâncias institucionais – Estado nacional, Estados federados e Municípios. Caso contrário, resta aceitar esse status quo e permanecer na legião dos indiferentes, dos dependentes e submissos existenciais.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Altair Sales et al. *O Piar da Juriti Pepena - Narrativa ecológica da ocupação humana no Cerrado*. PUC Goiás, 2014.

GOMES, Horieste. *A Produção Geográfica em Goiás*. Goiânia. Ed. da UFG, 1999.

SANTOS, Milton et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. In: Encontro Nacional e Geógrafos da AGB, 12, Florianópolis, 2000. Mimeo.

WAIBEL, Leo. *Vegetation and Land use in the Planalto Central of Brazil*. Geogr. Rev., v. 38, n. 4, p. 529-554, 1948.

WARMING, E. *Lagoa Santa*. Tradução de A Loeffgren. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; Estado de Minas Gerais, 1908.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia/Arqueologia. Sócio-Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.



OS BICHOS DE PENNA: PÁSSAROS E PASSARINHOS

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida

As aves são conhecidas pelos seringueiros da Amazônia como bichos de pena. Todos os bichos de pena botam ovos e voam. Alguns voam alto, outros baixo, uns voam em socos, mas todos voam.

"Todo bicho de pena, quem choca é o macho, mas isso só vale para os bichos da mata; dos bichos de criação, quem choca é a fêmea. Pode acontecer de algum bicho da mata que quem choca é a fêmea, mas é difícil." (seu Lico).

Todos os bichos de pena têm visão apurada: "Bicho de cabelo sente mais cheiro e escuta melhor do que vê; bicho de pena enxerga bem (principalmente saracura e macucau), mas não escuta direito e o faro também não é muito bom." (seu Lico).

O amplo grupo de aves é dividido, conforme o tamanho, em duas grandes categorias: os pássaros e os passarinhos. Os informantes explicam como classificar: "Da juriti pra cima, são pássaros. Os menores que a juriti são passarinhos." (seu Lico).

Em alguns casos, as famílias correspondem a determinado gênero pela classificação biológica científica, e as qualidades são equivalentes às espécies. Outras vezes, as etnofamílias correspondem diretamente às espécies, e as qualidades são variações da própria espécie.

Na maioria dos casos, são reunidos grupos muito distantes entre si pela classificação científica, mas há sempre uma lógica de agru-

pamento. Isso ocorre porque as características não são "pesadas", ou seja, os grupos não são comparados por um parâmetro único.

Podem ocorrer as duas categorias – pássaros e passarinhos – numa mesma família, como entre os tucanos. Na verdade, a categoria dos passarinhos define-se em oposição à categoria das embiaras: somente os pássaros são utilizados como alimento ou caça.



Manuela Carneiro da Cunha
– Antropóloga e



Mauro Almeida – Antropólogo. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.

VIVER SEM VIOLÊNCIA: 16 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

Kleyton Morais, Maria José Furtado e Wilma dos Reis



Ao registrar o marco dos 16 anos da Lei Maria da Penha, promulgada pelo presidente Lula, no ano de 2006, compartilho com vocês este texto analítico das companheiras Maria José Furtado, Secretária de Mulheres do nosso Sindicato, e da advogada Wilma dos Reis, publicado também no nosso site <https://bancariosdf.com.br>. Por favor, confiram:

A Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) foi promulgada com a finalidade de propor políticas públicas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como criminalizar e trazer para o espaço público o debate sobre essa violência. Após os 16 anos de sua promulgação, nos deparamos com muitos desafios e poucos avanços.

Esses desafios perpassam, principalmente, pela conjuntura política e econômica que vivenciamos no Brasil. Desde 2016, quando sofremos um golpe contra a democracia, resistimos aos retrocessos desde então e aqueles impostos a partir de 2018 por esse governo conservador e fascista com um projeto de morte contra a classe trabalhadora, e que tem como alvo os segmentos mais vulneráveis da sociedade, em especial as mulheres e as populações negra e LGBTQIA+.

Somado a isso, entre os anos de 2020 e 2022 enfrentamos uma crise sanitária internacional provocada pela pandemia da COVID-19, que acentuou ainda mais a necessidade de investimento na rede de enfrentamento às violências contra as mulheres, pois nesse momento em que precisamos nos isolar socialmente houve um aumento exponencial de violências nos lares brasileiros, já que as mulheres foram obrigadas a passarem mais tempo em casa com seus agressores.

Em contrapartida, os governos federal e estaduais/distrital não

investiram em mecanismos de combate e denúncias pelas mulheres, pelo contrário, ignoraram essa realidade vivenciada principalmente pelas mulheres das periferias. O resultado é o aumento de feminicídio e, também, das subnotificações.

Todavia, a pandemia é apenas um dos elementos dos retrocessos, pois desde 2016 enfrentamos um desmonte gradual das políticas públicas para as mulheres, desmonte que se iniciou com a extinção da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e, conseqüentemente, dos equipamentos de atendimento às mulheres, bem como das políticas de trabalho e da assistência social.

O conservadorismo avança nos órgãos públicos, o que dificulta ainda mais o estímulo da denúncia, seja pelo receio da revitimização, seja pela certeza do descaso por parte das delegacias e do poder judiciário.

A culpabilização da mulher pela violência sofrida por ela persiste na nossa sociedade, o que dificulta o avanço nas denúncias, assim como o desconhecimento sobre seus direitos, o que pode culminar na ineficácia da Lei Maria da Penha nos próximos anos se continuar nessa toada.

Isso, somado às subnotificações nas delegacias, pois existe um movimento de minimização no registro das denúncias; por exemplo, a mulher sofre tentativa de feminicídio e no registro do boletim de ocorrência a tipificação é colocada como lesão corporal.

Não bastasse, estamos desabastecidas de dados atualizados pelas Secretarias de Segurança Pública nos Estados e no DF e do Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, que têm como objetivo invisibilizar a realidade das violências sofridas pelas mulheres brasileiras.

Mesmo diante desse cenário, obtivemos alguns avanços como a prisão dos agressores

que descumprem as medidas protetivas de urgência e a tipificação da violência psicológica. Contudo, estamos aquém do necessário e para avançar nesse cenário tenebroso, a organização das mulheres na luta por esses e outros direitos é urgente. Não é diferente, sobre a divulgação massiva desses direitos.

O Sindicato das/os Bancárias/os no DF afirma seu compromisso no combate às violências contra as mulheres, por meio da sua Secretaria de Mulheres, que lançou em agosto de 2021 o Canal Viva sem Violência, que atende as mulheres bancárias e não bancárias em situação de violências. O Canal no Distrito Federal é parte da Rede Basta!, projeto promovido pela Contraf.

O Canal funciona 7 dias por semana e 24 horas por dia, pelo aplicativo Whatsapp no número (61) 99292-5294, e oferece acolhimento e orientação jurídica com acompanhamento aos órgãos e equipamentos públicos, garantindo, assim, um atendimento mais qualificado.



Kleyton Morais -
Presidente. Sindicato
dos Bancários do
Distrito Federal.

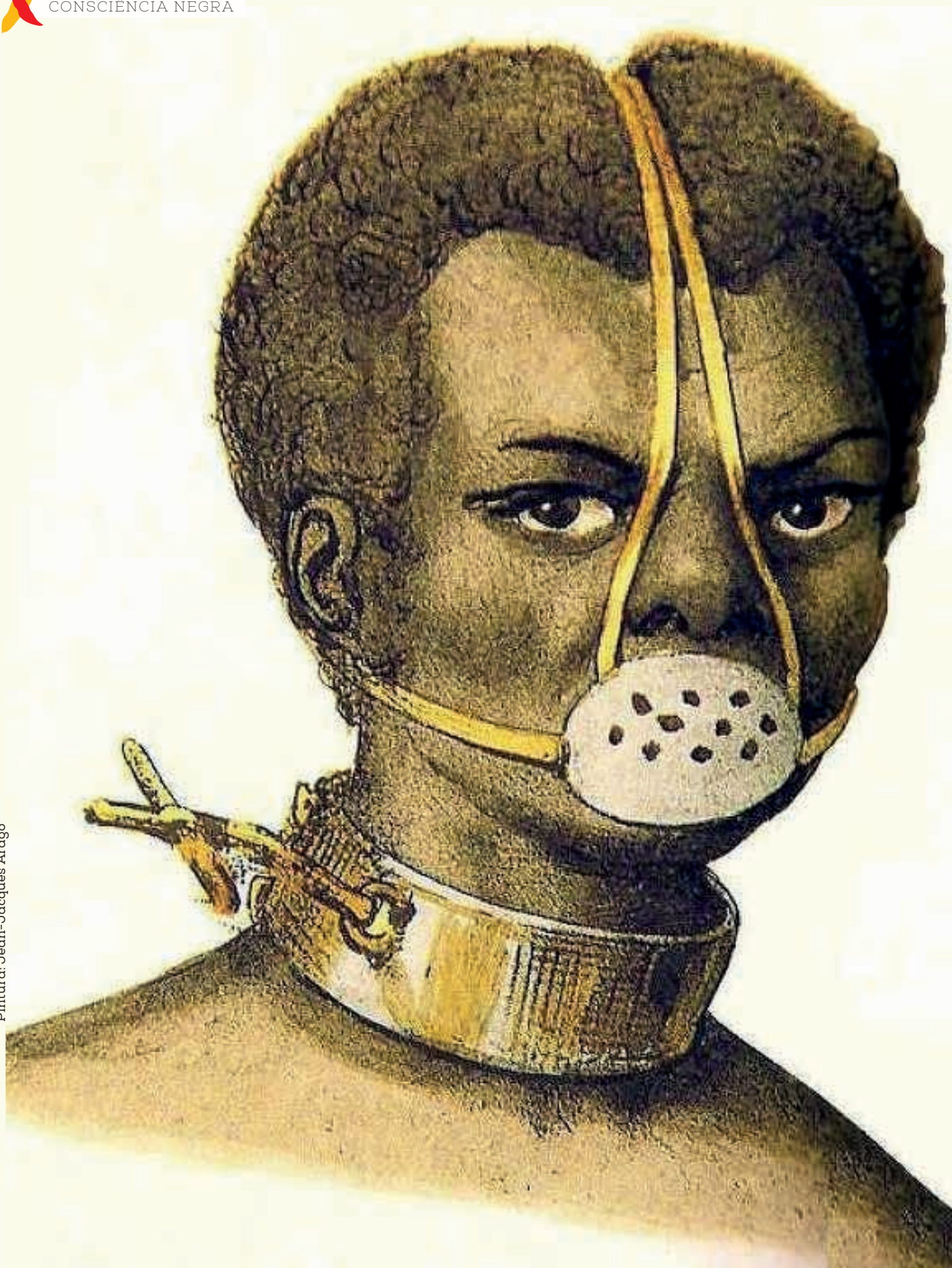


Maria José Furtado -
Secretária de Mulheres.



Wilma dos Reis -
Advogada.







Bicentenário da (In)dependência, NÃO HÁ O QUE COMEMORAR

————— Iêda Leal

Em 2022, no 7 de setembro, deveríamos comemorar a Independência do Brasil. Me vi refletindo por poucos segundos e tive certeza de que não há o que comemorar. A verdade é que vivemos a (in) dependência.

Um bicentenário de total falta de independência. Temos hoje aqui um país sendo jogado para dependência do povo brasileiro. Dependência de costumes e de um jogo político desonesto que acentuam atos diários que aumentam dia após dia casos de racismo em escolas, nas repartições públicas e privadas, em todos os ambientes da sociedade.

É machismo, misoginia, LGBTFobia, inúmeras formas de preconceito afirmando o que tem de pior nas manifestações para solidificar desigualdade. Não podemos comemorar a Independência se ainda temos que lutar contra a fome, a miséria; pela Educação pública de qualidade, pelo respeito dos/as trabalhadores/as em Educação de todo o país.

Como podemos comemorar, se temos hoje a cultura do ódio impregnada em tantos brasileiros que ferem os direitos das mulheres, do nosso povo negro, dos indígenas e quilombolas, de pessoas com deficiência, e promovem ataques às religiões de matriz africana?

Realmente, nesta data em que deveríamos comemorar o bicentenário da Independência, devemos fazer um exercício de autoavaliação, a começar por nós, e promover a mudança que queremos ver em nosso país e assim contagiar todos/as a nossa volta.



Iêda Leal - Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.



VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS DE INDÍGENAS E POSSEIROS NA AMAZÔNIA

Empresas investigadas: Josapar, Paranapanema e Volkswagen

————— Gilney Viana e Paulo Roberto Ferreira

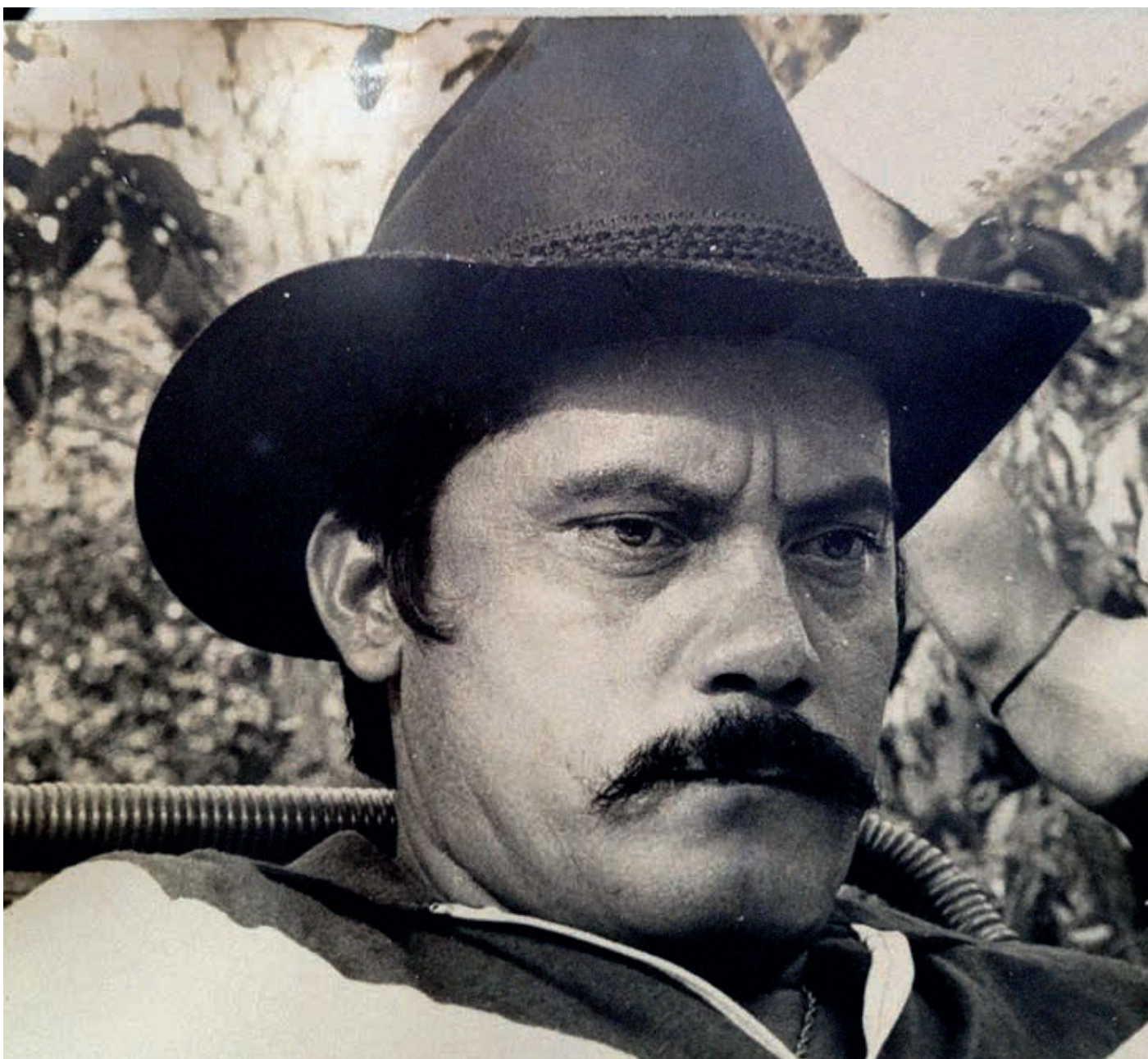


Foto: Raimundo Dias

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) reconheceu 41 camponeses assassinados durante a ditadura militar e nenhum indígena. Contudo, o Texto Temático da CNV, referente aos camponeses, indica centenas de lideranças assassinadas.

Já em relação aos povos indígenas, o mesmo documento estima em 8.350 o número de pessoas executadas no período de 1946/1988. Em muitos casos, foram identificados os responsáveis, especialmente agentes do Estado. Mas não apontaram empresas que participaram ativamente ou por conivência ou cumplicidade com essas e outras violações aos direitos humanos dos seus empregados, indígenas e camponeses.

Outros relatórios independentes, bem como os da Comissão Camponesa da Verdade, Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário, indicam um número maior de assassinatos de camponeses e uma variedade enorme de violações aos direitos humanos cometidos por agentes públicos e privados, isto é, por pistoleiros assalariados por empresas.

Essa lacuna da Justiça de Transição no Brasil está agora a ser preenchida a partir do caso exemplar da Volkswagen que, diante das acusações de cumplicidade com a repressão estatal, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Minis-

tério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Estado de São Paulo, reconhecendo sua participação nas violações denunciadas. E disponibilizou R\$ 36,5 milhões destinados a indenizações aos empregados atingidos e também para custear novos projetos de pesquisas sobre outras empresas.

Parte desse recurso (cerca de R\$ 2 milhões) foi repassada a grupos de estudos e investigações, através da Universidade Federal de São Paulo, que estão apurando a participação de dez organizações: Cobrasma, Petrobras, Folha de São Paulo, Companhia Docas, Itaipu, Fiat, CSN, Aracruz, Paranapanema e Josapar. Busca-se o direito à Memória, à Verdade, à Justiça, e também o direito à REPARAÇÃO EMPRESARIAL, tanto moral quanto material.

PARANAPANEMA E FAZENDA RIO CRISTALINO DA VOLKSWAGEN

Entre as dez empresas investigadas estabelecidas, duas atuavam na Amazônia, a Paranapanema S.A. e a Josapar – Joaquim Oliveira S.A. Participações, além da Volkswagen.

A Paranapanema S.A., na década de 1970, teve um papel importante na construção da Rodovia BR-174 (liga Manaus a Boa Vista), que custou a

vida de centenas de indígenas Waimiri-Atroari. A empresa é acusada também de exploração de cassiterita em terras do povo indígena Tenharim, no Igarapé Preto, ambas no estado do Amazonas, com graves danos aos direitos humanos daquele povo.

A Volkswagen, objeto do TAC já referido, voltou a ser investigada pela sua atuação na Amazônia, através da sua subsidiária, Companhia Vale do Rio Cristalino Agropecuária, Comércio e Indústria, instalada no município de Santana do Araguaia, Pará, na década de 1970, com subsídios da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Recentemente, em 2022, a empresa foi notificada pela Justiça do Trabalho, por prática de “trabalho escravo”.

JOSAPAR – OBJETO DE INFORME AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Josapar, que atuava na região do Alto Rio Guamá, por meio da sua controlada, a empresa Cia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineração do Estado do Pará – PROPARRÁ (sucessora da Cidapar) e outras, na década de 1980, está sendo pesquisada por um grupo de estudiosos liderados pela professora Alessandra Gasparotto, da Universidade Federal de Pelotas



Foto: Alexandre Lima



agosto, quando foram ouvidas mais de trinta pessoas, entre vítimas, familiares de vítimas e moradores da região que testemunharam os acontecimentos.

Participaram da primeira etapa do levantamento a professora Alessandra Gasparotto, os signatários desta matéria, a professora Regina Coeli, da Universidade de Brasília (UnB), a professora Juliana Patrizia Saldanha de Sousa, a advogada Halyme Antunes e Francisco das Chagas da Silva Vasques, também conhecido como Chico Barbudo, importante liderança política do movimento de resistência da gleba Cidapar.

Uma das primeiras constatações dos signatários desta matéria é que permanece viva, na memória da população da região, particularmente dos mais idosos, a luta travada por Quintino e Abel, líderes da resistência armada na Gleba Cidapar, também conhecidos como “gatilheiros”. Foi também visível a satisfação de moradores ao rever o Chico Barbudo, líder político e sobrevivente daquela luta. Seus testemunhos, sem espírito revanchista, se voltam para o passado para valorizar a luta dos posseiros, que afinal conquistaram a posse de suas terras, e para o futuro, com o reconhecimento dos seus direitos à memória, à justiça e à reparação moral e material.

Aproveitamos a oportunidade para publicar a foto de Chico Barbudo e retificar um equívoco da matéria anterior, assinada por nós (edição 94), cujas fotos devem ser creditadas a Raimundo Dias, conhecido como *Zero, Zero, Sete*, que na época trabalhava no jornal *O Liberal*, de Belém (PA).



Gilney Viana -

Jornalista e escritor.



Paulo Roberto Ferreira -

Jornalista e escritor.

(RS), que coordena o grupo de pesquisa sobre “O caso da Josapar e a violação de direitos humanos de camponeses e camponesas na região do Guamá, Pará (1981-1985)”.

Esse estudo conta ainda, em sua coordenação, com a participação de pesquisadores paraenses como Airton dos Reis Pereira e Venize Nazaré Ramos Rodrigues, ambos da UEPA (Universidade do Estado do Pará); e a colaboração do professor Girolamo Domenico Treccani, da UFPA (Universidade Federal do Pará).

Um documento já foi enviado ao Dr. Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão/PR/RS, integrante do Ministério Público Federal, em 31 de agosto de 2022, relatando o estágio atual da pesquisa, que inclui o histórico do conflito e a listagem de posseiros e moradores atingidos, vítimas de homicídios, torturas, estupro, prisões ilegais, destruição de propriedades, violência policial,

bem como a atuação da polícia privada da Josapar/PROPARÁ e da Polícia Militar do Pará.

O relato destaca o papel da polícia privada, contratada pela Josapar, por meio da PROPARÁ, comandada por James Vita Lopes, que também foi acusado e condenado pela autoria do assassinato do deputado estadual Paulo Fontelles de Lima, que ocorreu em 11 de junho de 1987. Um dos pistoleiros que trabalhava para o chefe da milícia da Josapar, Péricles Ribeiro Moreira, está envolvido no assassinato de outro deputado estadual, João Carlos Batista, morto na frente dos filhos e da esposa, em 6 de dezembro de 1988. Os dois deputados eram defensores dos trabalhadores rurais e apoiadores da causa dos posseiros da gleba Cidapar.

O procurador Enrico de Freitas foi informado também sobre a viagem dos pesquisadores à região do conflito, entre os dias 27 de julho e 2 de



BRASIL EM CHAMAS:

FOGO SE ESPALHA POR TODOS OS BIOMAS, DE NORTE A SUL DO PAÍS

Zezé Weiss

Infelizmente, o Brasil continua em chamas. Dados do MapBio-mas mostram que as queimadas consumiram 2.932.972 hectares do território nacional – uma área maior que o estado de Alagoas – entre os meses de janeiro e julho de 2022.

Amazônia e Pampas são, até agora, os biomas mais castigados. Os dois são os únicos biomas com aumento na área afetada pelo fogo que, no cômputo nacional, reduziu 2%, em comparação com o mesmo período, no ano anterior. Nos Pampas, a queima foi de 27.780 hectares, 3,3% a mais que em 2021.

Na Amazônia, foram queimados 1.479.739 hectares até julho, ou seja: houve um acréscimo de 107 mil hectares, o que corresponde a 7% a mais de área queimada em comparação com 2021. Metade das chamas ocorridas no Brasil em 2022 aconteceram na Amazônia,

onde 16% da área queimada sofreram incêndios florestais, ou seja, áreas de floresta que não deveriam queimar.

Mato Grosso foi o estado que mais queimou (771.827 hectares), seguido por Tocantins (593.888 hectares) e Roraima (529.404 hectares). Juntos, esses três estados representam 64% da área queimada na Amazônia. Os dois municípios com o maior número de focos de queimadas são Normandia e Pacaraima, em Roraima. Entretanto, os municípios de Formosa do Araguaia e Lagoa da Confusão, no Tocantins, foram os que tiveram maior área queimada.

Em 2022, o Cerrado já perdeu 1.250.373 hectares, uma área 9% menor do que a do ano passado, mas, mesmo assim, 5% maior do que a registrada em 2019 e 39% maior do que a de 2020.

Na Mata Atlântica, houve uma queda de 16% em relação

a 2021, mas o bioma este ano já perdeu 14.281 hectares, um crescimento 8% na comparação com 2020 e 11% com relação a 2019. No Pantanal, foram queimados 75.999 hectares, a menor área consumida pelo fogo nos últimos quatro anos: de 2022 para 2021, houve uma redução de 19% da área queimada entre janeiro e julho.

Três em cada quatro hectares queimados até agora foram de vegetação nativa, sendo a maioria em campos naturais. Um quinto de tudo que foi queimado no período foi em florestas. As pastagens se destacaram com 14% da área queimada nos sete primeiros meses de 2022.



Zezé Weiss - Jornalista com base em informações do Monitor do Fogo/MapBio-mas: <https://mapbiomas.org/>, disponibilizadas em 18 de agosto de 2022.







VELHAS ÁRVORES

Olavo Bilac

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores moças, mais amigas,
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...
O homem, a fera e o inseto, à sombra delas
Vivem, livres da fome e de fadigas:
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.
Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo. Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,
Na glória de alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem!



Olavo Bilac (1865-1918) – Poeta.



Pintura: Pedro Américo

A INDEPENDÊNCIA QUE REALMENTE TIVEMOS

Emir Sader

Se cumprem 200 anos de que o Brasil deixou de ser colônia. Termina o período iniciado com a invasão do território nacional pelos colonizadores.

Mas, ao contrário da grande maioria dos países latino-americanos, o Brasil não passou de colônia a República, mas de colônia a monarquia. Por quê? Qual o significado dessa passagem anômala no continente?

Na grande maioria dos países latino-americanos, a independência significou a ruptura com os colonizadores, assim como o fim da escravidão. No caso do Brasil, ao contrário, a data significou a vinda da família real portuguesa ao Brasil, estreitando os laços com o país, ao abandonar Portugal às tropas napoleônicas. A Espanha, ao contrário, havia resistido a essa invasão, o que enfraqueceu o poderio militar espanhol e favoreceu sua derrota diante dos países latino-americanos.

Assim, o Brasil passou de colônia a monarquia, estreitando, ao invés de distanciar-se, dos colonizadores. A ponto que seu primeiro monarca foi o filho do

monarca português. E aquela frase, que alertava que se deveria impedir que algum aventureiro se apropriasse da coroa, os aventureiros eram os brasileiros, entre eles, Tiradentes. O “independência ou morte” não remetia à independência do Brasil, mas à permanência do vínculo com Portugal. O Brasil não teve os próceres da independência como Bolívar, San Martín, O’Higgins, Sucre, entre outros, que tiveram os outros países da América Latina e do Caribe.

Ao mesmo tempo, não terminou a escravidão no Brasil com o fim da colônia. Os dois fatores estavam intrinsecamente vinculados, conforme as análises de Caio Prado Jr. Em 1859 se decretou uma Lei de Terras, que formalizava a propriedade das terras dos que se haviam apropriado delas. Assim, quando, no final do século XIX, terminou a escravidão, os novos homens livres não tinham acesso às terras. Deixavam de ser escravos, mas seguiam sendo pobres, sem terras.

Dessa forma, a questão colonial se enlaçou com a questão étnica e com a questão social e a nacional. O Brasil foi o país

da América Latina e do Caribe que mais tarde terminou com a escravidão. E a República só foi instaurada no final do século XIX, como uma espécie de movimento militar, sem nenhum tipo de participação popular, protagonizado pelos militares.

Do ponto de vista da dependência externa, já se havia dado a transição da dependência portuguesa para a dependência da Inglaterra, que se consolidou a partir daquele momento.

Temos que comemorar aquele tipo de independência? Temos que compreender seu significado. Compreender como aquela independência frustrante teve efeitos sobre o futuro do país.

Em primeiro lugar, por ter estendido a escravidão por quase um século a mais. Em segundo, por não ter começado a construção do Estado nacional já no momento do fim da colônia.

Como dizia o Spinoza: Nem chorar, nem sorrir, compreender.



Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



CONTRA OS PRIVILÉGIOS, DEFENDA A LEI DE COTAS!

Cleiton dos Santos Silva

***O racismo desaparecerá
quando não for mais lucrativo
e psicologicamente útil.***

- Toni Morrison

Em 29 de agosto de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.711, conhecida como a Lei de Cotas, estabelecendo regras para a implantação da política de cotas, para permitir o ingresso de jovens negros e negras nas universidades e institutos técnicos federais.

Ao completar esses 10 anos da Lei de Cotas, Ricardo Corrêa publicou artigo no portal Geledés, alertando para "a necessidade de vigilância da população negra, visto que a qualquer momento a Lei de

Cotas poderá ser submetida a revisão, conforme o seu Art. 7º".

Em seu texto, Corrêa registra o avanço das políticas públicas no que diz respeito à inclusão social para jovens negros, negras, indígenas e outros grupos marginalizados, mas chama a atenção para o perigo de "possíveis retrocessos, já que nestes tempos de política reacionária muitos dos direitos da população estão sendo atacados. E, em se tratando de medidas que beneficiam a população negra, os racis-

tas estão de prontidão para atrasar o nosso lado".

Em defesa da Lei de Cotas e contra qualquer movimento que "cheire a retrocesso", recomendo a leitura do artigo de Corrêa na íntegra no portal (www.geledes.org.br).

 **FETEC CUT**
Centro Norte



Cleiton dos Santos Silva -
Presidente da Federação dos
Bancários do Centro-Norte
(Fetec-CUT/CN)

ROCK IN MANAUS: ARMAS E ROSAS, SQUID N'CHARLOTE

José Bessa Freire

"Bem-vindo à selva / aqui temos tudo o que você quer".

(Welcome to the jungle. Guns N'Roses. 1986)



É assim que a banda toca. No início, eles tocavam na mesma banda. Depois, brigaram e cada um foi pro seu lado. Passaram anos se bicando até se reconciliarem em nome do bem comum. Isso aconteceu com duas bandas diferentes que recentemente deram shows em Manaus, no coração da selva amazônica. A brasileira *Squid N'Chayote* se apresentou na quarta-feira (31 de agosto) no Espaço Via Torres. E a americana *Guns N'Roses* na quinta (1º de setembro) na Arena da Amazônia,

cada uma com histórias próprias de rixas internas.

– Uma banda é como casamento, os *Titãs* já se divorciaram cinco vezes – revela Tony Belloto. A separação acontece em todas as bandas e se dá em três níveis: integrantes, gêneros musicais e opções políticas. Foi assim com a *Guns N'Roses* (Armas e Rosas), formada em 1985 com os nomes artísticos do vocalista Axl Rose e do guitarrista Tracii Guns, que se picou. Slash, seu substituto, também se pirulitou. Agora todos se uniram de novo,

incluindo o baixista McKagan (por favor sem gracinhas com o apor-tuguesamento do nome).

Processo similar ocorreu com *Squid N'Chayote*, assim denominada a partir da combinação de dois nomes artísticos: *Squid* (vocal) – um tipo de molusco e *Chayote* (guitarra) – hortaliça rica em água, fibra e flavonoides (seja lá o que isso signifique), que dá um saboroso picolé. Pra quem gosta. Ambos subiram no mesmo palco e tocaram juntos na banda *Direct Now* (Diretas

Já), em 1984. Dois anos depois foram eleitos deputado federal constituinte, se separaram e foram fazer carreira solo.

Reuniram-se uma vez mais em 1989 contra a banda collarida *Dinda's house*, quando o guitarrista Mário Pits subiu no palco e cantou junto com Squid. Mesmo em lados opostos, Squid condecorou Chayote quatro anos depois com o grau de Grande-Oficial do Mérito Militar. Depois nova separação. Agora, voltam a cantar juntos.

LULAPALUZA

Os dois shows de Manaus, com públicos diferentes, constituem uma prévia do Festival de música alternativa, criado em 1991 nos Estados Unidos, denominado *Lollapalooza*, pronunciado na mídia como *Lulapaluza*, que significa "algo extraordinário, incomum, excepcional". Ou "uma coisa impressionante e atrativa".

O domínio do *heavy metal* exibido por Squid, metaleiro de

profissão, foi excepcional. Ele deu um show de rock pauleira para 40 mil pessoas, que cantavam em coro o jingle "Sem Medo de Ser Feliz", anunciando o brilho no céu de uma estrela, com acenos para a defesa dos povos indígenas. Outro coro foi a toada "Vermelho", do boi Garantido, gravada por David Assayag, um parintinense filho de marroquino:

- Meu coração é vermelho (hey, hey hey!) / Tudo é garantido após a rosa avermelhar / O Vermelho o curral / O fogo de artifício da vitória avermelhou. O show, como se diz em amazonês, foi "pra acabar com o açai".

As duas bandas – a brasileira e a americana – fizeram as pazes com o passado, inspiradas no pedagogo Paulo Freire: "De vez em quando a gente precisa unir os divergentes, para vencer o antagonismo do fascismo". Chayote, que não compareceu por estar em outro palco da mesma banda no interior de São Paulo, enviou mensagem.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) estava lá

em peso. A repórter Tambaqui entrevistou a professora Elenise Scherer, que definiu o público: "Mulheres grávidas, idosos e idosas, trabalhadores do Distrito Industrial, professores, estudantes, uma diversidade cultural". A filha de uma idosa cadeirante girava, de forma ritmada, a cadeira da mãe, acompanhada por um pai que balançava um bebê de colo.

A RUA DOS SONHOS

- O show do *Guns N'Roses* na Arena da Amazônia, que durou quase três horas, abriu a turnê atual do grupo no Brasil. Os solos do guitarrista Slash, que foi capa da *Time* da mesma forma que *Lulapaluza*, fizeram chorar a repórter Tambaqui no encerramento com *Paradise City*, especialmente quando a letra pede para ser levado à cidade paradisíaca, onde a grama é verde e as moças são bonitas:

Take me down to the Paradise City / Where the grass is green and the girls are pretty.



Foto: TaquiPrati



Fotos: TaquiPrati

A música *If the world* assegura que, se o mundo acabasse hoje, todos os nossos sonhos desapareceriam:

– *If the world would end today / And all the dreams we had / Would all just drift away.*

Uma das músicas parecia até endereçada ao Coiso:

– *(Don't try / Don't try / You're just a basket case. / And you got no name).*

Outra música do show, *Street of Dreams*, podia ser dirigida aos enganados pelo Coiso:

– O que antes eu achava que era verdade / eram mentiras que eu não podia ver. *(What I thought was true before/ Were lies I couldn't see).*

É assim que as bandas tocam: *Welcome to the Jungle*. Armas e Rosas, Lula e Chuchu: o mesmo combate.

P.S. – Há alguns anos, ministrei curso para professores de Paraty (RJ). Depois do jantar, o grupo passou em frente a uma boate. Decidimos entrar e dançar, eu lá no meio. TODOS cantavam as músicas em inglês, que eu nunca tinha ouvido. – Professor, em que

mundo o senhor vive? São hits de *heavy metal* tocados diariamente nas rádios – me disse a professora Luiza Helena.

Constrangido, desembarquei em outra praia e comecei a cantar Noel Rosa, Clementina de Jesus, Ataulfo Alves, Caetano, Gil, Chico, Violeta Parra, Simón Dias, Mercedes Sosa, Amparo Ochoa. Conto isso para dizer que não entendo bulhufas de *heavy metal*. As informações aqui foram colhidas com os sobrinhos: Amaro Jr, criador da composição da foto, Silvio Márcio Freire de Alencar Filho, autor da ideia que me mostrou a relação entre os dois eventos e Sérgio Freire. Quem tem sobrinho não morre pagão.

Mas a gente troca conhecimentos. Enquanto os sobrinhos me falam dos *Titãs*, conto pra eles que tal banda não existiria, se não fosse a fofíssima Heloísa Belloto, historiadora e maior referência em arquivística do Brasil. Ela, a mãe de Tony, nos orientou na organização do arquivo do Museu Amazônico da UFAM. Eterna gratidão.



José Bessa Freire. –
Professor e escritor, em
www.taquiprati.com.br.



Foto: Divulgação

A LENDA DAS MARGARIDAS

Zezé Weiss

Diz a lenda que, certa vez, em uma noite muito estrelada, uma menina curiosa e feliz pediu ao céu da noite:

"Oh, estrelas, vocês que são tão lindas, por favor se transformem em flores, para que eu possa brincar com vocês também durante o dia."

Ao acordar pela manhã, mal havia nascido o dia, a menina se deparou com muitas flores margaridas banhadas pelo or-

valho prateado da manhã no jardim de sua casa.

O sol perguntou, então, às margaridas: "Vocês estão felizes aqui na Terra"?

"Sim, estamos muito felizes", respondeu uma das margaridas. "Por favor, deixa a gente ficar por aqui não só hoje, mas o tempo todo, em todas as estações, para que nós possamos sempre alegrar muitas crianças", pediu outra margarida.

"Claro", disse o Sol que, para torná-las ainda mais lindas, bordou com seus raios dourados um círculo amarelo no meio de cada flor.

Foi assim que o mundo se encheu de luz com a beleza singela das margaridas.



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Releitura de uma das muitas lendas sobre as margaridas, com base em relatos disponíveis nas redes sociais.



SINTEGO HISTÓRIA DE LUTA: A PRIMEIRA GREVE, A GENTE NUNCA ESQUECE!

————— Domingos Pereira da Silva

Na nossa primeira greve, em 1979, o governador de Goiás era o Ary Valadão, que mandou pra cima de nós a cavalaria e os cães da Polícia Militar. Muitos e muitas de nós saímos machucados/as, pisados/as pelos cavalos, mordidos/as pelos cães.

Niso Prego, nosso grande organizador, que era delegado do MEC (Ministério da Educação), foi transferido para Brasília. Outros/as companheiros/as foram transferidos para o interior do Estado de Goiás. Em vez de capitular, nós resistimos! Ninguém se moveu. Ninguém foi para lugar nenhum.

Graças à solidariedade de muitos/as advogados/as, ficou todo mundo onde estava. Ganhamos

na justiça, provamos que éramos fortes, que a organização sindical era a nossa saída.

Sempre foi assim: sempre fizemos a defesa dos nossos direitos trabalhistas e, acima de tudo, a defesa da democracia.



Domingos Pereira da Silva – Professor. Sindicalista. Ex-presidente do SINTEGO (2005-2008). Texto baseado em depoimento concedido à jornalista Zezé Weiss, para a Revista SINTEGO 30 ANOS, disponível no site SINTEGO HISTÓRIA DE LUTA www.sintegohistoriadeluta.org



TEMPURÁ DE LEGUMES

Beatriz Haruka e Samuel Leão

O tempurá é um prato tradicional nas culturas orientais, popularmente apontado como de origem Japonesa. Contudo, segundo registros históricos, a iguaria teria sido introduzida à Ilha no século XVI, por exploradores portugueses da ordem Jesuíta.

O prato era muito consumido pelos católicos como um substituto da carne vermelha, em especial nos tempos de jejum e quaresma, e foi carinhosamente adotado pela culinária japonesa, que também costuma priorizar o uso abundante de vegetais em seus pratos.

Segue a receita do Tempurá de legumes:

INGREDIENTES

1 xícara de farinha para tempurá (ou de trigo)

1 xícara de água gelada

1 colher de chá de fermento

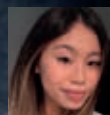
Legumes da sua preferência ou que você já tem em casa
(não tem muita regra na quantidade).

MODO DE PREPARO

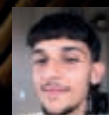
1. Em uma tigela misture a farinha, a água e o fermento.
2. Corte os legumes, e mergulhe-os na mistura de farinha.
3. Em seguida, leve para fritar no óleo até dourar. E pronto!

BÔNUS

Para fazer o molho, basta misturar 1/2 xícara de shoyu, 1 colher de chá de vinagre de arroz, 1 colher de chá de óleo de gergelim e 1 colher de chá de gergelim torrado.



Beatriz Haruka –
Ativista Alimentar.



**Samuel Santos
Leão e Silva** –
Jornalista.

O ÚLTIMO TANARU, O “ÍNDIO DO BURACO”, É ENCONTRADO MORTO EM RONDÔNIA

Kátia Brasil



Foto: Funai

O último indígena isolado voluntariamente da Terra Indígena Tanaru, conhecido como o “Índio do Buraco”, foi encontrado morto na maloca, na terça-feira (23 de agosto), pelo sertanista Altair José Algayer, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé da Fundação Nacional do Índio (Funai), no sul de Rondônia.

À Amazônia Real, o indigenista Marcelo dos Santos, que trabalhou na proteção do indígena Tanaru, disse que o sertanista Altair José Algayer fazia o monitoramento territorial quando encontrou o corpo do isolado, que aparentava ter 60 anos.

“Ele foi encontrado na rede e coberto de penas de arara. Acreditamos que o corpo, isso é

só especulação, não sou legista, estava lá há uns 40 a 50 dias. Ele estava esperando a morte, não tinha sinais de violência. O Altair fazia visitas, quatro ou cinco vezes por ano. Mas é preciso investigar se houve alguma doença ou contaminação”, afirma Marcelo dos Santos.

A Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, ligada à



Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), monitorava o indígena Tanaru há cerca de 26 anos. "Ele era o único sobrevivente da sua comunidade, de etnia desconhecida", disse em nota a Funai, que descartou morte por violência.

A notícia da morte do Tanaru foi divulgada no sábado, 27 de agosto, às 12h15 (horário de Brasília), pela conselheira da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí, a Txai Suruí, em sua página da rede social no Twitter.

"Mais um genocídio no Brasil. O 'Índio do Buraco', como era conhecido, símbolo de resistência, pois negou até seus últimos dias o contato com o não indígena é encontrado morto, paramentado como se soubesse que sua morte estava próxima", disse.

A Terra Indígena Tanaru, que tem 8.070 hectares, é classificada como restrição de uso desde 1998. O território fica entre os municípios de Chupinguaiá, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste. Na região conhecida como Cone Sul há muitas fazendas de produção agropecuária. Por não ser demarcado, o território está sob ameaça de invasões e ataques.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé é coordenada pela mãe de Txai Suruí, a ambientalista e indigenista Ivaneide Bandeira, conhecida como Neidinha Suruí. "Essa morte mostra a extinção de um povo em pleno século 21. Mostra que a política indígena não está protegendo os povos isolados. É fundamental que a Funai investigue a morte e como se deu, já que ele foi encontrado morto, usando as vestimentas tradicionais. E que mais uma vez não se faça como estão fazendo com o Ari Uru-Eu-Wau-Wau, culpar a própria vítima de conflitos na terra indígena com as invasões de madeireiros, garimpeiros e grileiros", disse Neidinha.

Os indígenas considerados isolados são os povos que não têm contato com a sociedade nacional, segundo a Funai, possivelmente por resultado de violentos encontros do passado e da contínua invasão e destruição de sua floresta. Na Amazônia brasileira existem, pelo menos, 100 grupos de indígenas isolados, diz a fundação, sendo que a maioria na Terra Indígena Vale do Javari, onde foram assassinatos há três meses o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips.

O indígena Tanaru era chamado do "ndio do Buraco" porque ele escavava dentro da maloca, feita de palha. Em entrevista ao programa Globo Amazônia, o sertanista Altair José Algayer disse que acreditava "que o buraco tenha valor místico para o indígena", e ele se alimentava de "animais como porco-do-mato, jabuti e pássaros, caçados com flecha ou capturados em armadilhas, e também de mel".

Em nota divulgada no sábado (27 de agosto), a Funai disse, sem citar o nome do sertanista José Algayer, que descartou sinais de violência na morte do indígena Tanaru. "Não havia vestígios da presença de pessoas no local, tampouco foram avistadas marcações na mata durante o percurso. Também não havia sinais de violência ou luta. Os pertences, utensílios e objetos utilizados costumeiramente pelo indígena permaneciam em seus devidos lugares. No interior da palhoça havia dois locais de fogo próximos da sua rede. Seguindo a numeração da lista de habitações do Índio Tanaru registradas pela Funai ao longo de 26 anos, essa palhoça é a de número 53, seguindo o mesmo padrão arquitetônico das demais, com uma única porta de entrada/saída e sempre com um buraco no interior da casa".

Em outro trecho da nota, a Funai diz que a Polícia Federal

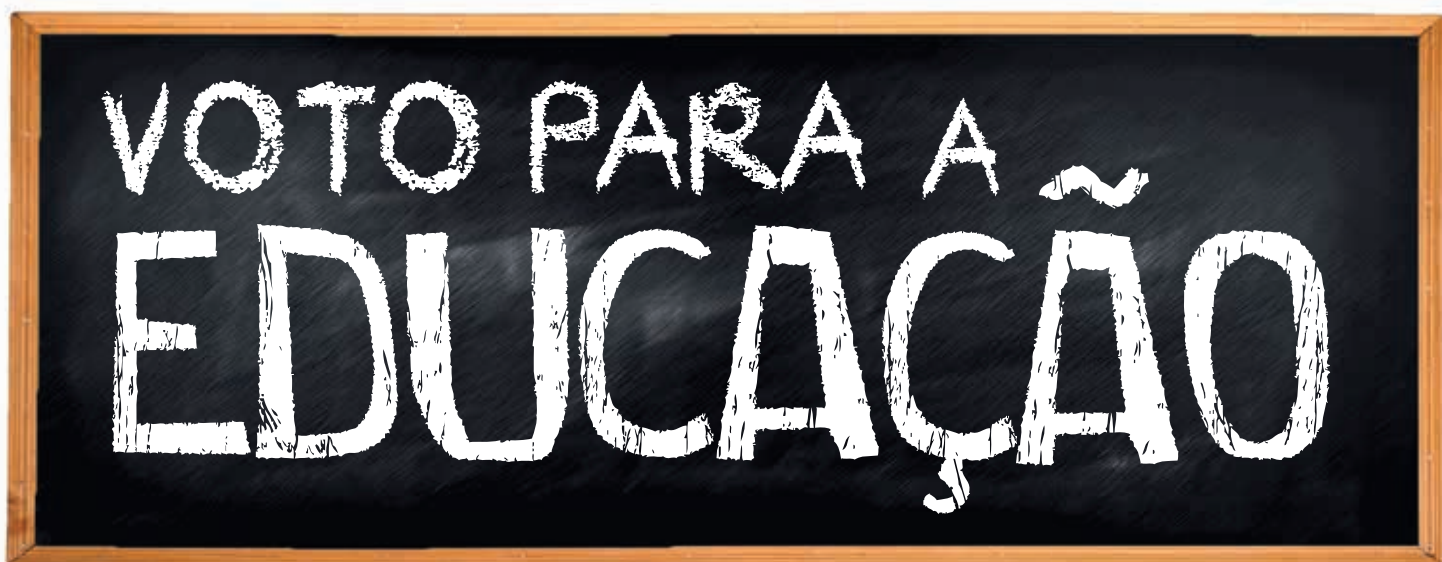
realizou perícia no corpo do indígena com apoio de legistas do Instituto Nacional de Criminalística (INC) e peritos criminais de Rondônia. "A Funai lamenta profundamente a perda do indígena e informa ainda que, ao que tudo indica, a morte se deu por causas naturais, o que será confirmado por laudo de médico legista da Polícia Federal", concluiu o órgão.

À reportagem, a PF de Vilhena (RO) informou que a equipe que está periciando o corpo do indígena Tanaru é a mesma que trabalhou nos laudos das vítimas dos desastres ambientais de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, e do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. Segundo a polícia, serão realizados exames toxicológico e de antropologia forense – esse pode trazer respostas sobre a etnia do "Índio do Buraco".

Neidinha Suruí disse à reportagem que trabalhou no levantamento da ocupação da Terra Indígena Tanaru, entre os anos 80 e 90, e destacou o legado do indígena que vivia isolado. "É fundamental que o indígena isolado Tanaru seja enterrado em seu território, não se pode negar isso. É fundamental se fazer uma homenagem ao indígena neste momento. Me sinto extremamente triste com o que aconteceu, especialmente por ter atuado no levantamento da ocupação. Espero mesmo que se faça a proteção dos indígenas isolados no Brasil, pois, assim como ele, outros estão em perigo", disse a coordenadora da Associação Kanindé.



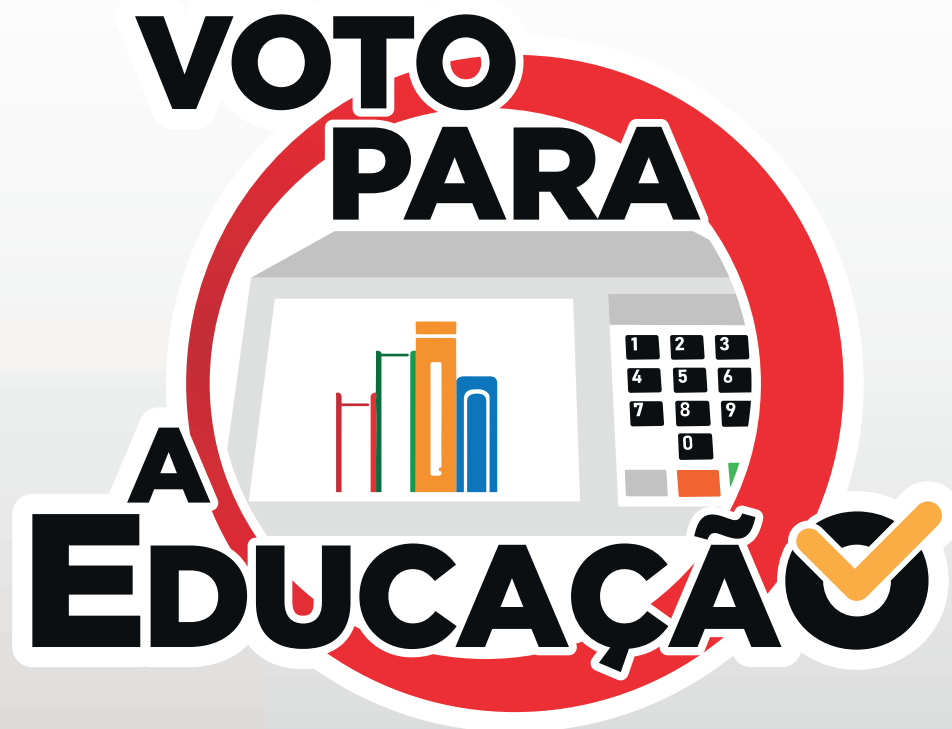
Kátia Brasil - Jornalista. Kátia é cofundadora e editora executiva da agência de jornalismo independente e investigativo Amazônia Real <https://amazoniareal.com.br/>, onde esta matéria, produzida com a colaboração de Josi Gonçalves, de Rondônia, foi publicada originalmente.



Temos neste ano, daqui poucos dias, a possibilidade de traçar novos rumos para a educação pública e para nossa vida. Mais do que nunca, precisamos escolher candidatos e candidatas que se comprometem com a educação que cria possibilidades de um futuro melhor para cada um de nós e para o Brasil.

Neste contexto, o TSE lança a campanha: **Nas eleições, vote para a educação!** Além de chamar atenção sobre a importância da educação para o país, o objetivo da campanha é mostrar ao(a) eleitor(a) como candidatos(as) à presidência da República, ao GDF e ao Senado Federal abordam o setor, quais propostas apresentam e como se posicionaram quando a educação pública esteve em pauta.





**QUEM LUTA PELA EDUCAÇÃO,
LUTA PELO BRASIL!**



Filial:
CUT
CN E

43
ANOS



**CUT
CN E**

Centenário da SEMANA DE ARTE MODERNA

“GANHAMOS”:

A PARTICIPAÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL NO GOLPE MILITAR DO CHILE EM 1973

Emir Sader



Foto: Divulgação

“Ganhamos”. Com esta palavra o então embaixador da ditadura militar brasileira no Chile, Câmara Canto, comemorou o triunfo do golpe militar de Pinochet, para o qual tanto ele quanto o governo militar do Brasil havia trabalhado intensamente. Sabia-se dessa participação, mas somente em 2003, às vésperas do 30º aniversário do golpe militar, uma investigação feita pelo jornal chileno *La Tercera* permitiu reconstituir em detalhes como se deu a estratégica participação brasileira nesse episódio,

que reabriu o caso e mereceria investigação e punição para todos os que foram coniventes com a criminosa ação.

O longo artigo, publicado no dia 3 de agosto, chamado “A ajuda secreta dos militares brasileiros”, afirma que o embaixador Antonio Candido da Câmara Canto era conhecido como “o quinto membro da junta (militar) por suas estreitas relações com o governo militar”. Credenciado no Chile entre 1968 e 1975, Câmara Castro estabeleceu estreitas relações com altos

membros do Exército e da Marinha e, depois do golpe, foi o primeiro diplomata a reconhecer a Junta Militar de Pinochet, permitindo que a embaixada brasileira coordenasse a entrega de 70 toneladas de remédios e alimentos entre os dias 11 e 26 de setembro como “ajuda humanitária” do governo militar brasileiro, além de utilizar seus contatos para fazer gestões para a obtenção de um crédito de 100 milhões de dólares para o Chile.

Câmara Canto chegou a receber do assessor da Junta Militar



Álvaro Puga o reconhecimento: "Era um homem do nosso lado". O embaixador norte-americano no momento do golpe militar, Nathanael Davis, no seu livro "Os últimos dias de Salvador Allende", já havia afirmado que o embaixador brasileiro havia tentado em 1973 aproximar a embaixada dos EUA dos planos golpistas. "Num jantar, o embaixador brasileiro me fez uma série de sugestões (que eu não aceitei), para tratar de me levar a uma coordenação entre embaixadas para um planejamento cooperativo e unir esforços no sentido de provocar a queda de Allende".

Considerado, segundo *La Tercera*, um exímio cavaleiro e colecionador de arte, Câmara Canto era "profundamente antimarxista", tendo estabelecido uma grande amizade com o general Sergio Arellano Stark, um militar chave no golpe militar e na repressão posterior. Em setembro de 1975, Câmara Canto deixou seu cargo em Santiago do Chile por razões de saúde. Ao coquetel de despedida compareceu o general Gustavo Leigh, membro da Junta Militar, enquanto uma comissão integrada pelos generais Sergio Arellano Stark e Herman Brady foi deixá-lo no aeroporto, quando partiu do Chile. No ano seguinte, Câmara Canto voltou àquele país em visita privada, tendo sido recebido pelo almirante Toribio Merino, membro da Junta Militar. Quando morreu, o governo chileno colocou seu nome numa rua do centro de Santiago.

Conta-se nos círculos diplomáticos chilenos que logo depois do golpe, numa conversa informal, Câmara Canto aconselhou um membro da Chancelaria chilena: "Aproveitem agora para fazer o que eu não fiz no meu país: com os esquerdistas, expulsem todos os homossexuais". Efetivamente, em 1964, diz o jornal chileno, no momento do golpe no Brasil, Câmara Canto havia dirigido uma verdadeira "caça às bruxas", que investigou 35 funcionários de

carreira acusados como subversivos ou homossexuais.

O ex-embaixador dos EUA no Chile Edward Korry declarou em 1977, ao Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano, que ele "tinha motivos para crer que os brasileiros haviam funcionado como conselheiros dos militares chilenos", acrescentando: "O apoio técnico e psicológico do golpe chileno proveio do governo do Brasil".

Em 1985, outro ex-embaixador dos EUA no Chile, Nathaniel Davis, afirmou no seu livro que "a conexão brasileira foi confirmada por muitas fontes. *La Tercera* conseguiu confirmar os rumores de que no final de agosto um emissário civil do almirante Toribio Merino tomou um avião para São Paulo, disfarçado como se fosse uma viagem de negócios, mas levando uma missão secreta. De sua gestão dependia em grande parte a decisão de realizar o golpe militar no Chile.

A viagem serviu para superar um dos maiores temores dos golpistas chilenos – o de uma divisão das Forças Armadas. Se esta se desse – o temor, por vários antecedentes, era sobretudo em relação ao Exército –, poderia dar chance de intervenção do governo militar peruano de Velasco Alvarado, que se aproveitaria para recuperar os territórios do norte do Chile, tomados do seu país na guerra do Pacífico de 1879, para o que contava com os aviões militares soviéticos comprados pela Aviação do Peru. Os golpistas chilenos apelaram para os serviços de informação da ditadura brasileira para se certificar desse risco.

Quando chegou a São Paulo, o emissário – um ex-oficial da Marinha, que depois ocuparia um alto cargo no começo do regime militar – recebeu uma ordem precisa: "Viaje a Brasília, aloje-se em tal hotel e espere que seja contactado". No dia seguinte, recebeu no hotel o endereço a que deveria se dirigir. Ali foi levado a uma sala onde, ofuscado e sem poder ver

as pessoas que estavam na sua frente, foi interrogado sobre sua vida pessoal, sua família e seus negócios. Quando terminaram de controlar sua identidade, o visitante explicou a urgência dos golpistas chilenos para saber sobre os planos peruanos.

O emissário recebeu a orientação de voltar ao hotel, de não sair dali e aguardar uma resposta. Algumas horas depois, o emissário Toribio Merino recebeu um telefonema afirmando que não deveriam se preocupar, pois o Peru não interviria. E exigiram que ele retornasse imediatamente ao Chile. Menos de 48 horas depois, Merino recebeu a informação dos serviços de inteligência da ditadura brasileira, o que foi confirmado pelos acontecimentos posteriores.

Quando na tarde de 11 de setembro faziam seu juramento os membros da Junta Militar, presididos por Pinochet na Escola Militar de Santiago do Chile, receberam ali mesmo a visita do embaixador brasileiro Câmara Canto como primeiro representante de um governo estrangeiro a reconhecer a Junta Militar que usurpava o poder.

Quatro ou cinco dias depois do golpe – sempre segundo *La Tercera* – o emissário que havia vindo ao Brasil se preparava para assumir um alto posto no governo militar, quando recebeu um telefonema. Do outro lado da linha, falava alguém com um forte sotaque alemão. Quando o chileno disse que não se lembrava desse nome, a pessoa lhe respondeu que haviam conversado há pouco em Brasília e que lhe havia feito um favor, em troca do qual pedia agora ele um favor, com urgência.

A pessoa que havia interrogado o emissário chileno estava em Santiago, era um general brasileiro que dominava vários idiomas e que dava o nome Castro, além de apresentar-se como o número dois do SNI. Reuniram-se no Hotel Carrera, no centro da cidade, e o visitante lhe explicou que o go-



Foto: Divulgação

verno de Allende havia recebido muitos exilados brasileiros de esquerda, mas que dentre eles havia vários infiltrados do SNI, que atuavam como agentes desse serviço. Alguns deles haviam ficado desaparecidos no momento do golpe chileno, pelo que supunha que estavam detidos. “São homens meus, eu preciso tirá-los daqui”.

O encontro terminou amavelmente, segundo o relato do jornal chileno, com o militar brasileiro sendo colocado em contato com um oficial chileno para que o ajudasse na busca dos agentes infiltrados. Quando se despediu, o militar brasileiro anunciou: “Me disseram que seu governo pediu um empréstimo urgente ao meu país. Pois eu tenho boas notícias para vocês: foi aprovado um crédito de 100 milhões de dólares”.

Segundo relato posterior de Toribio Merino, aquele foi o pri-

meiro dinheiro fresco que chegou à ditadura pinochetista. “Tínhamos dois problemas graves em setembro: os salários do fim do mês e a falta de farinha no país”, disse ele. “Então o embaixador do Brasil, que tinha um parente que trabalhava no Banco de São Paulo (sic), entrou em contato com ele e obtive a possibilidade de conseguir um empréstimo num total de 100 milhões de dólares”.

Segundo o relato de homens próximos a Merino, a visita daquele militar brasileiro teve também um lado público. Quando a Marinha soube da sua presença no país, pediu-lhe que fizesse uma exposição sobre segurança na Academia de Guerra da Armada.

Um mês depois, em outubro, um despacho de inteligência da CIA enviado de Santiago do Chile para Washington dizia: “Presos brasileiros recentemente libertados do

Estádio Nacional relataram que enquanto estavam detidos foram interrogados por indivíduos que falavam com fluidez o português e, por isso, supunham que eram oficiais da inteligência brasileira”, conforme o texto agora divulgado.

Corriam também versões segundo as quais a ditadura militar brasileira havia dado assessoria e passado técnicas de tortura aos militares chilenos no começo da ditadura – todos processos conhecidos pelo então embaixador brasileiro, chamado “o quinto membro da Junta” de Pinochet.



Emir Sader - Sociólogo.
Artigo publicado em <https://www.sintrajusc.org.br>, nos 30 anos do golpe militar do Chile, ocorrido em 11/09/1973.

Optamos por registrar essa memória histórica neste momento em que o Chile rejeita, em plebiscito nacional, a nova Constituição e mantém a Constituição do Golpe, implantada por Pinochet.



PARA A MÃE TERRA NÃO SECAR

Maria Maia

Frente ao vazio do papel insisto
com minha poética a granel
Escrevo todo dia para preencher
a vida de poesia

O Amor, a flor, a dor
A Terra, o Céu, o bem, o mal
Tudo perpassa minha pena
(Sou de Tao)

Até na hora que a vida me
embaraça
Encontro de graça minha fala
morena de sol

Durmo de janela aberta porque
não suporto prisão
Por liberdade e justiça luta
meu coração

Sou ser no tempo e no espaço
assim no fluxo me refaço
Mantendo com a vida
fortes laços

Sou amazônica, cheia da seiva
que me infesta
Sou rio serpenteando
a Rainha Floresta

Sorrio pra vida
que resta
com o grito que não quer calar:
Respeitem os Povos da Floresta

Respeitem os bichos, as árvores em pé
as sementes
Respeitem os rios, os peixes,
os igarapés

A hora é de REFLORESTAR
MENTES
REFLORESTAR, REFLORESTAR,
REFLORESTAR
(para a Mãe Terra não secar)



Maria Maia – Poeta. Conselheira
da Revista Xapuri.



Foto: Divulgação / Javier Torres

"REVIVIO PINOCHET" OU NEM TANTO? — A DERROTA DO CHILE

Maurício Falavigna

A luta por uma Constituinte no Chile começou em 2013, e não foi com partidos políticos. A organização social Marca AC, mais conhecida como “*Marca tu Voto*” iniciou em 2013 um movimento que reuniu líderes estudantis, intelectuais, artistas e personalidades públicas para que, a partir das eleições presidenciais daquele ano, os eleitores pudessem marcar AC (Assembleia Constituinte) no canto superior direito da cédula, além da preferência de seu voto.

Com 27 anos, Gabriel Boric era um líder estudantil e um dos principais organizadores do *Marca Tu Voto* e, como candidato independente, sem partido, elegeu-se para a Câmara dos Deputados.

O movimento avançou durante o segundo governo Bachelet, foi travado durante a gestão de Piñera e chegou a lançar candidato à presidência em 2017, Alejandro Guillier. O movimento não alcançava nem a popularidade e nem o convencimento dos parlamentares e dirigentes para ser instalada a Constituinte, até outubro de 2019, quando o processo de convulsão social levou os chilenos às ruas por meses, enfrentando a resistência do governo.

Conselhos autoconvocados em todas as regiões do país realizaram um sem número de assembleias, que sistematizaram as reivindicações dos manifestantes. Mais uma vez o assembleísmo e o voluntarismo dos movimentos abdicaram da estrutura partidária, revelando uma cisão entre movimentos ditos progressistas e a essência dos partidos de esquerda chilenos.

No início do Marca AC, os principais temas considerados urgentes e apresentados à população referiam-se aos direitos dos trabalhadores chilenos: substituição de pensões privadas por um sistema público, valorização salarial, redução da jornada de trabalho para 40 horas e incluía a demanda por um sistema de saúde universal. Durante as longas manifestações, promovidas com largo apoio de organizações sociais, outros temas foram ganhando vulto. Pautas étnicas, de gênero, sexualidade e morais foram tomando espaço crescente, com uma divulgação dubia dos meios de comunicação.

Boric, por sua vez, antes mesmo de assumir a presidência, teve apoio declarado do governo Biden, e aparentemente esteve comprometido em promover a “democracia com liberdade”, fechando acordo com as pautas mais caras ao progressismo difundido pelos democratas americanos e fundações privadas. Grosso modo, foram as pautas da *Open Society* que ganharam os noticiários chilenos e o debate na opinião pública, provocando a rejeição moral de boa parte da sociedade, unindo a elite, as velhas forças de produção e costumes conservadores da classe trabalhadora e excluída.

A nova Assembleia Constituinte já guardava em si a derrota de não se chamar assim, nem ser uma nova Constituição, mas sim uma Convenção Constitucional que aprimoraria a Constituição de Pinochet. Agora, nem mais. A rejeição foi massacrante.

No Brasil, tanto para os que se animaram com a eleição de Boric quanto para os enlutados do domingo, as diferenças de estrutura social, política e processos de resistência devem ser levadas em consideração. Aqui a retomada progressista se fez com alianças, mas os movimentos primaveris daquele junho fatídico ainda não se reorganizaram com a mesma força.

Parte das elites participam da Frente Ampla contra o atual governo militar. E a liderança que coordena o processo é histórica, aglutina forças e camadas sociais diversas e possui uma vida partidária e uma trajetória de convivência com as instituições do País. Não há possibilidade de paralelismos, apenas de lições. E, principalmente, não há desvios da centralidade das questões nacionais e populares. Até agora.



Maurício Falavigna –
Jornalista.

Matéria publicada originalmente no
<https://recontai.com.br/>



SUSTENTABILIDADE

A TERRA EM DORES DE PARTO: VIRÁ O GRANDE SALTO SALVADOR?

Leonardo Boff

Foto: Divulgação



Ninguém pode negar que nosso Lar Comum, a Terra viva, está se preparando para uma grande transição. O que foi vivido nos últimos séculos, como

paradigma de civilização, vale dizer, a forma como habitamos e organizamos a Casa Comum, à base da ilimitada exploração de seus recursos naturais, não

pode mais continuar. Esse paradigma esgotou suas potencialidades de realização. Entrou em agonia. Mas esta pode se prolongar ainda por bom tempo.



Ele armou para si, involuntariamente, uma grande cilada: começou com o maior ato terrorista cometido pelos USA lançando duas bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, devastando todo tipo de vida. Logo, J.P.Sartre reagiu dizendo: nós nos apropriamos de nossa própria morte e podemos pôr fim à nossa espécie.

Severo, foi um dos maiores historiadores modernos Arnold Toynbee ao constatar, consternado: "coube à nossa geração assistir o modo de nossa autodestruição; ela não será obra de Deus, mas de nós mesmos". Inventamos o princípio de autodestruição das mais diferentes formas. A tecno-ciência moderna, que tantos benefícios nos trouxe, tornou-se irracional e enlouquecida porque suicidária.

As múltiplas crises pelas quais o inteiro planeta está passando representam uma espécie de dores de parto. A maior delas foi e é a intrusão do coronavírus. Ele atingiu somente os seres humanos. Não respeitou os limites de soberania dos países e tornou irrisória a máquina mortífera das potências militaristas.

Para quem não apenas constata fatos mas procura discernir neles a mensagem escondida, deve se interrogar: que coisa Gaia, a Terra viva, nos quer comunicar com o Covid-19 que já fez milhões de vítimas?

Seguramente é um contra-ataque da Mãe Terra contra as sistemáticas violências que seus filhos e filhas já há séculos estão movendo contra ela, uma verdadeira Guerra, sem nenhuma chance de ganhá-la. Ultrapassamos os limites suportáveis do sistema-Terra de tal modo que precisamos de mais de um planeta e meio (1,7) para atender nosso estilo consumista de vida.

É assim chamada Sobrecarga da Terra (Earth Overshoot). Todos os sinais entraram no vermelho e estamos no cheque

especial. Em outras palavras: os bens e serviços necessários para garantir a vida estão se esgotando. Um pouco mais, mais um pouco, poderá ocorrer um colapso das bases que sustentam ecologicamente a vida no planeta.

Quem dos chefes de Estado e dos grandes gerentes (CEOs) das mega-corporações refletem e tomam decisões em face de tal situação-limite de nossa Casa Comum? Talvez tomam conhecimento da real situação. Mas não lhe dão importância porque, caso contrário, deveriam mudar completamente o modo de produção, renunciar aos fabulosos ganhos econômicos, mudar sua relação para com a natureza e se acostumar a um consumo mais frugal e mais solidário.

Porque isso não ocorre, entendemos as palavras do Secretário Geral da ONU, António Guterres, há pouco tempo, num encontro sobre as mudanças climáticas em Berlim: "Temos uma única escolha: a ação coletiva ou o suicídio coletivo". Antes, em Glasgow, por ocasião da COP 26 sobre as mudanças climáticas, asseverou peremptoriamente: "ou mudamos ou estamos cavando a nossa própria sepultura".

Talvez o risco mais iminente da mudança de situação de nossa Casa Comum seja o alarmante aquecimento global, constatado nos últimos tempos. A partir do Acordo de Paris de 2015 havia-se acordado de evitar até 2030 a subida de 1,5 graus Celsius, para evitar grandes danos à biosfera.

Com a entrada maciça de metano, devido ao degelo das calotas polares, e do parmafrost (que vai do Canadá até os confins da Sibéria) foram liberadas milhões de toneladas de metano. Este é 28 vezes mais danosos que o CO₂. Em razão desta mudança o ICLL admitiu que não mais em 2030, mas até em 2027 ocorreria aumento da temperatura para além de 1,5 até 2,7 graus Celsius.

Os eventos extremos que atualmente estão ocorrendo na Europa, na Índia e em outros lugares, com grandes queimadas e níveis de calor nunca experimentados antes, e, ao mesmo tempo, o frio inusitado no Sul do mundo estão dando mostras de que a Terra perdeu seu equilíbrio e está procurando outro.

Resumindo o discurso: a seguir essa tendência, que futuro nos esperará? Poderá a espécie humana ter atingido o seu clímax, como todas as espécies a seu tempo, e daí desaparecerá? Ou pode ocorrer, pelo gênio humano ou pelas próprias forças do planeta Terra conjugadas com as energias do universo, dar um salto de qualidade e assim inaugurar uma nova ordem e dar continuidade à espécie humana? Se isso ocorrer, o que auguramos, não se fará sem pesados sacrifícios de vidas da natureza e da própria humanidade.

Há 67 milhões de anos caiu um meteoro de quase 10 km de extensão no Caribe, que dizimou todos os dinossauros e 75% de todas as formas de vida, poupando nosso ancestral. Não poderia ocorrer algo semelhante com o nosso planeta Terra? Provavelmente não um meteoro rasante, mas qualquer outro incomensurável desastre ecológico-social.

Se sobrevivermos, a Terra terá dado o salto salvador e realizado o parto tão esperado. As dores de parto terão passado e, finalmente, se gerou o bioceno e o ecoceno. A vida (bio) e o fator ecológico (eco) ganharão centralidade, comprometendo o nosso cuidado e todo o nosso coração. Que esse desiderato seja uma utopia viável que nos permitirá continuar sobre esse belo e ridendo planeta.



Leonardo Boff - Teólogo, filósofo e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra.

VEM COMEMORAR



100°
ANIVERSÁRIO
PAULO FREIRE

COM A GENTE

Celebração do Centenário de Paulo Freire
será realizada de 17 a 20 de setembro em Recife (PE)

O ato político-cultural
será realizado na Praia do Pina no domingo,
18 de setembro e terá shows de
Y SOMOS TODAS (Costa Rica),
LIA DE ITAMARACÁ,
SILVÉRIO PESSOA
e **CHICO CÉSAR.**

CONFIRA NO SITE A PROGRAMAÇÃO COMPLETA:

www.fnpe.com.br/centenariopaulofreire



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**^{,00}
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**^{,00}
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

